

HEWLETT-PACKARD

João pela vida Dentro

Ar Fresco

Samsung

[Escolher a data]

Biografia

João dos Reis Gomes (neto)

ao Zé Pedro

De Brevitatae Vitae

A sinopse da minha vida que agora faço, derivou de uma sugestão de Renato Epifânio, um homem a quem prognostico um grande futuro ao Serviço de Portugal.

ORTEGA y GASSET dizia

“Eu sou eu e a minha circunstância, e se eu não a salvar a ela, não me posso salvar”

Este, tem sido o Paradigma da minha vida.

Começo estas Memórias com uma caracterização feita pelo meu amigo Fernando S. Pessoa, no dia em que fiz 80 anos.

*Olhar firme, de quem enxerga,
perscruta o horizonte
como só sabe quem navega,
brilhante, de altiva frente.*

*Timoneiro dos sonhos
tem no espírito a grandeza !
Vence temporais medonhos
Com a calma da certeza !*

*Ânimo e inquietação
são paradoxo num ser tenso.
Visionário, ele emerge da confusão !
A grandeza d'alma lhe define,
um Desconhecido sonho imenso...
Vive o que a vida lhe imprime.*

Na Madeira, nascimento e meninice

Nasci a 15 de Junho de 1937, na Quinta Esmeraldo, São Martinho, Funchal, Madeira. Fui batizado com o nome de João dos Reis Gomes e sou filho de Álvaro de Meneses Alves Reis Gomes e de Maria Vera de Faria Rebelo.

Ao que vim a saber, os meus pais rejubilaram com o nascimento de um filho varão e fizeram sair nos jornais a notícia. Enfim, coisas que hoje são tão estranhas que não se percebem.

O nome que me foi dado, era o mesmo do meu avô paterno, escritor e académico da ilha da Madeira. Tal aconteceu porque assim o quis o meu avô materno, Francisco Alexandrino Rebelo, comerciante e industrial da cana-de-açúcar, que tinha elevada consideração pelo meu avô paterno.

O meu avô materno, instituída a República, era político do Partido Republicano Nacionalista o mesmo partido do madeirense Dr. Pedro Pita, que era quem lia na Academia das Ciências de Lisboa, as Comunicações de João dos Reis Gomes, meu avô paterno.

O meu pai matriculou-se em Direito com dezasseis anos de idade. Era o aluno mais novo da Universidade de Coimbra. Acabou o curso já em Lisboa, no dia em que fez vinte e um anos com a média final de quinze valores.

A minha mãe, à imagem do que era comum então, tirou os primeiros anos de escolaridade, aprendeu francês, algum inglês e tocava muito bem piano, tendo chegado a tocar publicamente no Teatro do Funchal.

Antes de eu nascer e ao fim de oito anos de casamento de meus pais, nascera uma menina, criança há muito aguardada a quem foi dado o nome de Maria Eugénia.

A primeira recordação que guardo da minha vida, é do quarto da minha irmã que fora primorosamente preparado e pintado de cor-de-rosa forte, pois essa criança era há muito desejada e portanto nada era excessivo. A intensa cor do quarto impressionou os meus olhos de menino, com o armário aberto cheio de bonecas, o que também estou a ver. Esta é a primeira recordação da minha vida!

A minha pequena irmã passou de imediato a ser tudo para mim e diziam os meus pais, que eu andava sempre atrás dela, chamando-a de Geia, pois Eugénia era difícil. Este nome ficou sempre na família, que simpatizou com ele e o adoptou.

A Geia no entanto estranhou a minha chegada, soube-o depois, porque os nossos pais começaram a dividir o afeto, até então só para ela. As crianças vivem estes sobressaltos, que por vezes guardam muitos anos, neste caso amargurando-se e amargurando-me. Enfim, essas coisas são saradas, e depois fomos muito amigos, considerando-a uma rapariga muito inteligente e trabalhadora.

Este pequeno nome, a Geia trouxe para Lisboa, quando veio estudar histórico-filosóficas. Ela fora na Madeira, discípula de Joel Serrão que veio para Lisboa e talvez tivesse sido ele a influenciar a Geia, ótima aluna, de quem Joel foi toda a vida amigo.

Eram vizinhos e eu gostava muito da filha de Joel, que veio a casar com o filho de Vergílio Ferreira.

Feito este parênteses, volto à minha meninice, dizendo que aos três anos tive outra irmãzinha, a Dulce, uma menina muito bonita de cabelos louros encaracolados que era o "bibelot" da família.

Aos sete anos houve um acontecimento, para mim de autêntico fascínio: o meu pai tinha um compadre no Porto Santo, o senhor Nazário, a quem pediu que mandasse ir um burro lá para a Quinta Esmeraldo, já que eu tanto tinha pedido. E um dia deparou-se-me o espetáculo de, ao chegar a casa da escola, ter esse encontro. O burrico era louro e trazia o pêlo encaracolado. Enfim um fascínio para uma criança, que ficou muito grato, aos seus pais. A minha mãe pô-lo no amplo galinheiro que havia na quinta. O burrico ao que penso sentia-se bem, mas o pior era para as galinhas quando ele zurrava, que se punham a voar como se fossem pássaros, facto muito cómico.

Com o meu avô paterno e meu padrinho, aprendi as primeiras letras, enquanto ele fazia a barba ao fim da manhã. Notava que tinha a pele muito rosada mas então, nada me sugeria.

Aos seis anos fui fazer a instrução primária para o Hospício Rainha D. Amélia do Funchal, para onde me deslocava todas as manhãs. À tarde abria o portão aos meus amigos da rua e íamos jogar à bola dentro da quinta. Eu tinha no entanto uma vantagem em relação a eles, é que eu jogava calçado e eles de pé descalço.

Um dia recordo-me bem, calquei os dedos de um pé, fazendo-o sangrar. A minha dor e a solidariedade, mudaram nessa altura a minha vida. Não esqueço. Esse momento tornara-me socialista, não sabendo ainda o que tal era, e isso ao que julgo, tinha a ver com a minha formação cristã.

Lá na Quinta Esmeraldo, recordo ter visto Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências, João Villaret e Amália Rodrigues, pessoas que passando na Madeira iam cumprimentar o meu avô.

Quando eu tinha doze anos, foi à Madeira pintar, Winston Churchill.

Enquanto jornalistas, meu avô e meu pai durante a segunda guerra, ouviam muito a telefonia em busca de notícias. Eu ia atrás deles e com frequência falavam em Churchill, em termos muito elogiosos. Até que, acabada a guerra, ele aparece como um dos vencedores.

Ora quando o meu pai, me disse que eu ia conhecê-lo, fiquei perplexo. Eu ia conhecer o vencedor da guerra, um senhor gordo que fumava charuto. Perguntei ao meu pai o que lhe diria eu, ao que me respondeu, diz: "*How do you do Sir?*"

Ao meu cumprimento, Winston Churchill reagiu fazendo-me uma festa na cabeça. Pois essa festa foi tão importante para mim, que durante muito tempo eu senti-a.

Tenho saudosas recordações de quando ia ao Domingo com o meu pai aos Barreiros, ao futebol, percorrendo uma levada que contornava o Pico de Barcelos para

cortar-caminho, fazendo o estádio, a quinze minutos da minha casa. Eu era adepto do Marítimo, de que o meu pai fora diretor desde os seus dezoito anos de idade. Vivia isso com grande intensidade, pois gostava muito daquele clube criado na Madeira na implantação da República, e razão pela qual as suas camisolas são verdes e encarnadas.

Ainda no desporto refiro que, dado que meus pais tinham uma mesa de ping-pong, muito menino comecei a jogar. Continuei a jogar já adolescente e na Faculdade de Ciências de Lisboa, fomos ao Porto disputar o campeonato nacional, chegando a vice-campeões universitários.

Acabada a segunda classe no Hospício, fui estudar para a Escola Pública da Rua da Carreira, que tinha como Diretor o professor Trindade, uma excelente pessoa e grande mestre. O professor da terceira classe quando se estudava pouco, batia com uma vergasta nas pernas. Não esqueço, nem lhe perdo-o.

Por essa altura fui com o meu pai ao Continente para a casa da tia Francisca, madrinha do meu pai e também minha. Então o meu pai levou-me ao palácio de Belém a cumprimentar o General Carmona. Este fora colega do meu avô e talvez por ter sido o meu padrinho um excelente aluno, Carmona nutria por ele grande consideração e escrevia-lhe para a ilha. Carmona sentou-me nos seus joelhos e lembro-me de ter ficado admirado quando o olhei, dado que a sua feição era muito bonita, com os seus bigodes brancos.

Dois anos depois vim de novo a Lisboa com a família e fomos parar a Oeiras. Instalámo-nos numa pensão, cujo sítio ainda hoje recordo. Lembro-me que o meu avô tinha um grande amigo, ligeiramente mais novo. Depois do almoço o meu avô-padrinho ia a um café, cujo local tenho presente, em frente da igreja matriz e eu sempre com ele. Ia então estar com o Dr. Rodrigues dos Santos que eu sei ter sido um dos seus maiores amigos e companheiro no Cenáculo, que o meu avô criara no Funchal. Este senhor tinha o dom de contar histórias, com que eu, miúdo, me deliciava e ficava muito tempo a ouvir à mesa a conversa entre os dois, porque ele e o Dr. Rodrigo dos Santos ao expressarem-se tinham um elevado sentido de humor. Hoje julgo que era um homem raro!

Não esqueço o avô da Milinha que eu, digamos hoje reencontrei. O seu pai era uma pessoa que eu muito cedo comecei a respeitar, o Dr. Nuno Rodrigues dos Santos, pois ele era advogado muitas vezes, de opositores ao Regime então vigente e eu também. Este era muito amigo do meu pai e eu não esqueço. Foi da Comissão de Candidatura dos diversos aspirantes a presidentes da república, a começar por Norton de Matos, avô da Carmo, amiga de família.

Na Madeira, finda a instrução primária, fui para o Liceu de Jaime Moniz. No primeiro ano, com dez anos de idade, tive maus resultados, pois antes de tudo, no que eu pensava era em ir para o Liceu jogar à bola, já que havia lá um campo. Então os meus pais puseram-me no colégio do Dr. Carço. Um colégio algo severo, dominado pelo aludido doutor e sua mulher a quem chamávamos “pevide”. Aí obtive resultados escolares melhores.

Este “desvio do futebol” tinha a ver com o irmão mais novo da minha mãe, meu tio Fernando Rebelo, um grande galã que jogava pelo clube Nacional, o campeonato da

Madeira e namorava raparigas bonitas. Lembro-me que contava as suas grandes “conquistas”. Muitas eram gibraltinas, que foram para a Madeira temendo a repercussão em Gibraltar, da 2ª Grande Guerra.

Eu tinha uma curiosidade muito grande em relação a tudo o que se passava e então dedicava muito tempo às enciclopédias que tinha à minha volta. Julgo que tal fosse uma tendência já antiga, pois que os escritórios do meu pai e do meu avô-padrinho (que tinha vindo viver para nossa casa depois da morte da minha avó), estavam repletos de informação.

O meu pai era uma pessoa de boa cultura não só por ser filho de quem era, mas também porque aos dezasseis anos fora estudar em Coimbra, onde havia grandes fontes.

Uma das recordações da minha infância era a do escritório do meu avô, no rés-do-chão da nossa casa.

O meu avô, a pedido do Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), fundara a Delegação da SHIP na Madeira com pessoas de grande valor intelectual, nomeadamente tendo como presidente o grande historiador Pe. Fernando Augusto da Silva. Este padre, figura ímpar da intelectualidade madeirense, que ia por vezes à minha casa e sempre dizia que João dos Reis Gomes, era o homem que melhor escrevia na ilha, independentemente do assunto que tratasse. E contou-me o meu pai que um dia, na Academia das Ciências, um descontente disse: “Tragamos o Reis Gomes para Lisboa e mandemos os outros barra fora”.

O escritório do meu avô hoje já não existe, mas para além de um belo quadro de Abel Manta, seu amigo que eu cheguei a conhecer, estava repleto de fotografias de atores e intelectuais seus conhecidos. Lembro-me de Chaby Pinheiro, Maria Matos, Amélia Rey Colaço, mas também atores da Comedie Française, dado que o meu avô tinha escrito livros sobre teatro como “A Música e o Teatro” e “O Teatro e o Ator”. João dos Reis Gomes, para além de várias Ordens portuguesas incluindo a de Santiago da Espada, possuía a Insígnia de Oficial da Ordem das Palmas Académicas da Academia Francesa “A Legião Violeta”, que é uma condecoração honorífica francesa herdeira de um título criado em 1808 por Napoleão, para aqueles que valorizaram a França.

Há na Madeira um homem, o Coronel Rui Carita, hoje delegado da Sociedade Histórica da Independência de Portugal SHIP na Madeira, que me disse ter chegado a conhecer a maravilha que foi o escritório do meu avô.

Em 1950, depois de uma estadia nos Açores, nas Furnas, meu avô veio com gripe, que evoluiu para uma pneumonia que se agrava e morre, já em nossa casa da Madeira. Foi como se uma luz imensa se apagasse, pois a sua sabedoria era muita e a minha curiosidade tanta. Tinha então treze anos. O meu luto foi intenso, talvez até também por que o vi morrer. O estertor da sua morte, pois que me foram chamar, não dá para esquecer, pois esse é o momento mais trágico da vida: a morte. Enfim, costumes de outros tempos, julgo que sem sentido para as crianças, mas todos trazemos para o presente costumes do passado.

O pesar na ilha foi grande, dado que o meu avô era muito atencioso com todos e por isso granjeou muitas simpatias.

Um caudal de pessoas passou pela Quinta Esmeraldo em sua homenagem. Depois fizeram-lhe um busto que foi colocado no Jardim Municipal em frente ao Teatro Baltazar Dias, local muito bem escolhido, dado que para muitos o meu padrinho era considerado o maior crítico de teatro português à altura. O escultor do busto foi um homem muito prestigiado, Barata Feio, do Porto, que baseou o seu trabalho em fotografias. Um dia que eu fui a Belém ao seu atelier para ver o desenvolvimento da obra, o escultor achou que eu tinha "traços" dele e quis que eu voltasse ao atelier para posar, o que aconteceu.

Sobre a origem do meu avô não sei muito bem esclarecer o que hoje é ainda para mim uma incógnita: ele tinha uma irmã, a minha tia-avó Carolina. A sua filha, também chamada Carolina disse-me um dia, que nós éramos descendentes de Henry Gordon Veitch, cônsul britânico na Madeira, e que este homem era do Sul da Escócia. O que sei deste possível trisavô? Sei que chegou à Ilha casado com uma tal Violet de quem se separou e que fez fortuna negociando com vinho. Na altura a aristocracia inglesa bebia muito o vinho da Madeira, que nunca faltava às reuniões de familiares e amigos. Sei também que era muito erudito, pois fora dos tempos de serviço, ia, à boa maneira romântica, instalar-se a ler num palanque posto num galho de uma frondosa árvore. Mas sei ainda mais, é que era um grande namoradeiro e já no fim da vida, li algures que casara com uma tal Carolina sua namorada. Seria ela mãe do meu bisavô, não sei, mas na descendência deste houve na minha família mais duas Carolinas, o que leva, no mínimo, a uma atracção por tal nome.

Este homem escondeu os liberais mais importantes da Ilha, quando os militares de D. Miguel chegaram e depois fê-los seguir de barco para Inglaterra.

Sei também, que quando Napoleão passou no Funchal como prisioneiro a caminho de Sta. Helena, ele o cônsul, dado que conhecia o comandante do barco de guerra onde seguia o prisioneiro, foi a bordo e levou ao Napoleão frutas da ilha, livros e vinho. Diz a tradição que o Imperador prisioneiro deu aos barqueiros que tinham levado o cônsul a bordo, moedas "Luíses de ouro".

A vinda para Lisboa, aos 14 anos

Em Lisboa, fui viver com os meus pais e irmãs para o Bairro da Colónias para a casa da minha madrinha, a tia Francisca.

Então, fui frequentar o Liceu Gil Vicente, na Graça. Gostei de lá ter estado. Joguei nas equipas de voleibol e de futebol do Liceu, tendo entrado nos campeonatos escolares, que eram normalmente ganhos pelo Colégio Militar, pois o desporto é uma parte significativa do seu currículo. Mas no sétimo ano, tantos eram os desportos e outras distrações, que claudiquei nos estudos e os meus pais puseram-me no Colégio Académico nos Anjos. As ditas distrações passavam-se à volta da "Tertúlia do Regueirão dos Anjos", sediada no Café Ribatejano onde eu parava muito. Na tertúlia havia "jovens pensadores". Entre os meus amigos, com um deles tive uma relação especial, que perdurou até ao fim da sua vida e hoje continua na minha alma, com grande saudade: Carlos Manuel da Ascensão Calado. O Carlos, convidei mais tarde para padrinho do meu primeiro filho. Era um competente geólogo e doutorou-se em Águas

Medicinais. No meu fraco entender dessa matéria, o Carlos era muito rigoroso. Ficou anos à espera de uma análise química que mandara fazer a França, enquanto a tese esperava. Adeus Amigo.

Foi uma boa mudança de escola, a que atrás referi, pois passei a estudar diariamente com o que foi também um grande amigo: Manuel Amaro da Costa.

O Manel era filho do Eng. Manuel Amaro da Costa. Este simples, mas muito competente engenheiro, tinha deixado grande obra na Madeira, especialmente na construção das levadas, que eram especialmente importantes para trazer a água da encosta norte chuvosa, para a encosta sul mais seca, mas onde se faziam as culturas, nomeadamente as subtropicais. O engenheiro era casado com a Sr^a D^a. “Tita”. Este casal tinha ainda uma filha Rosário, que casou com o Dr. Roberto Carneiro e um filho que foi de todos muito conhecido, o Dr. Adelino Amaro da Costa, tristemente morto depois do 25 de Abril, juntamente com sua mulher, com o nosso então Primeiro Ministro Dr. Francisco Sá Carneiro e sua mulher Snu Abecassis e o seu adjunto Dr. Patrício de Gouveia.

Foi uma noite dolorosa, reforçada no meu caso pela amizade que tinha à família Amaro da Costa, agora enlutada.

Eu simpatizava muito com o Adelino. Ia lá para casa todas as tardes estudar com o seu irmão “Manel”, enquanto o Adelino ia para o pátio traseiro jogar à bola, com o António Pedro Vasconcelos, mais tarde conhecido como homem do cinema. O Adelino nem precisava de estudar...

A morte do Adelino está envolta em mistério. Aventa-se a hipótese de se ter relacionado com as armas que passavam aqui em Portugal, destinadas à guerra Iraque/Irão, a que ele se opunha enquanto Ministro. Foi mandado matar. Por quem? Hoje há somente hipóteses várias, dado que, ao que se diz, havia muita gente a ganhar dinheiro com essas armas.

Por essa altura, foi publicada a Vida e obra de Fernando Pessoa, com a orientação de João Gaspar Simões. Li com grande entusiasmo verso a verso, os vários heterónimos. A sua poética, mas sobretudo aquela capacidade de fazê-lo em personalidades distintas e coerentes, foi uma coisa que me deixou perfeitamente rendido e entusiasmado.

Soube de cor muitos dos seus poemas e por vezes acordava com eles na cabeça.

Quando penso em Pessoa, fico sempre convencido que ele era um isotérico, um supra - terreno que tivemos a sorte de se expressar em Português. Sem dúvida para mim, o maior intelecto português até hoje, que tanto honra "esta ditosa Pátria minha amada",

Aqui em Lisboa ia bastante para a Casa da Madeira, que estava instalada no Palácio Marquês de Pombal. Lá, tínhamos uma equipa de ténis de mesa e também uma equipa de futebol, que jogava no Campo Grande, no torneio de amadores. Aí, encontrava-me com um dos meus maiores amigos da Madeira, o Miguel Gouveia e Freitas, que tinha um irmão mais novo o Manuel, ambos bons praticantes de futebol. Sendo que o Miguel fora mesmo jogador do clube Nacional da Madeira.

Força Aérea Portuguesa

Em 1957 resolvi inscrever-me na Força Aérea Portuguesa, para a qual só fui chamado em 1958, e no verão desse ano fui frequentar o P2 de 58, em São Jacinto, Aveiro. Aí foi certamente um dos verões mais bem passados da minha vida. Parte do dia, ia para a “carreira de tiro”, outra ia voar e no fim do dia ia-me banhar, pois na base havia uma lagoa natural muito apelativa.

O meu instrutor de voo, era também um bom fotógrafo, o que me levou a deliciar com as paisagens aéreas que ele vislumbrava. Ele ajudou a que eu tivesse presente a questão da luz nas paisagens, porque esta, sobre a ria, era espelhada na água com diferentes matizes.

Ao fim de catorze horas de aprendizagem “fui largado”, o que significa, começar a voar sozinho. Nesse dia os meus colegas fizeram-me cumprir a praxe e atiraram-me vestido para a Ria. Depois fiz acrobacia aérea, e ainda que não fosse um grande acrobata, o que executava trazia-me muito satisfeito.

No fim do Curso desafiaram-me para fazer os “versos de entrada” para o Livro de Curso dado que eu era um bocado lírico. Já não sei como era o poema, mas no fim dizia:

“... subei e já não ireis respirar o pó que na terra asfíxiante sopra”

Estive só um ano na aviação, já que depois vim para a Granja do Marquês, em Sintra e quando ia ser “largado no Harvard” aconteceu um episódio que me repugna algo contar e que no seu desenvolvimento me fez sair da Força Aérea Portuguesa. Vou contar, pois que o “compromisso comigo próprio a tal me obriga”: uns tantos que tinham tido notas fracas em algumas disciplinas do curso, foram chamados ao comandante do corpo de pilotos, que ao que diziam se embriagava. Estando eu numa ponta, começou a falar comigo e logo me deu uma grande bofetada. O que aconteceu depois não tenho a certeza, mas sei que quando voltei a mim, estava no hospital da Base, porque me tinha “passado da cabeça”. Coisas só possíveis em tempos fascistas! Fui depois para o Hospital Militar da Estrela e dois ou três dias depois, deram-me “baixa militar”. Muito embora na altura ainda não se falasse na “Guerra de Angola”, é possível que graças a esse episódio, não tenha ido lá parar.

Férias na Europa, já depois da aviação

Eu sempre gostei da natureza, e ao seu estudo dediquei muito tempo da minha vida. Depois de sair da aviação, matriculei-me em Geologia na Faculdade de Ciências de Lisboa.

Nas férias de Verão universitárias, eu e o Miguel Freitas, amigo dos quatro anos de idade, resolvemos ir à boleia, até à Suécia. Quando me preparava para partir, encontrei um amigo e colega da Madeira casado com uma sueca, que disse que iria para lá dois dias depois e que como tinha um lugar no carro, tinha muito gosto em me levar. Falei com o Miguel sobre o que tinha acontecido e ele respondeu-me que não perdesse

tal oportunidade. O Miguel já era muito experiente na “boleia“ pois já muitas fizera. Disse-me que dada a sua experiência em “auto-stop” o encontro seria três dias depois, e partiu. Dois dias depois parti eu com o Tonecas Clemente e logo que cheguei fui para o ponto de encontro, mas o Miguel só chegou passados vários dias, pois tinha estado entretido por outros lados. No trajeto há sempre tentações disto ou daquilo e como estava em férias, seguiu-as.

Estocolmo, é muito interessante, uma cidade muito cuidada, e a interligação com a água, ficou-me na memória.

Trabalhei lá “no duro” pois os suecos “não brincam em serviço”.

Fora do serviço no restaurante, andava de bicicleta reconhecendo a cidade. A bicicleta montei - a, a partir de bicicletas abandonadas. Fazia percursos reconhecendo a cidade e depois ia para a caravela Alf Chapman (albergue de juventude), conversar com colegas de várias nacionalidades, o que eu muito privilegiava. Ao fim de quinze dias regressámos, eu e o Miguel. Deixámos Estocolmo depois de ter posto as nossas bicicletas em lugar apropriado, prontas a serem utilizadas por novos utentes e fomos apanhar caminho para Sul.

Apanhámos uma boleia, de duas senhoras maduras, que vinham a Malmo, buscar umas pessoas que chegavam a este porto. O regresso foi muito interessante. Recordo que fizemos uma paragem numa pequena cidade à beira dum lago. Nessa primeira noite as companheiras deixaram-nos dentro do carro, com um lanche esmeradíssimo, que tinham trazido. Comemo-lo, dormimos no carro e depois então seguimos para o Sul. Guiei o automóvel, pela esquerda na estrada, pela primeira vez na minha vida. A segunda noite já em Malmo, foi bem diferente da primeira.

Vimos depois para Copenhaga e ali também houve episódios muito interessantes, tendo aí tomado verdadeira consciência daquilo que sempre me interessou especialmente: as pessoas. Estas eram totalmente diferentes das suecas. Desconheço as raízes étnicas deste povo. No entanto estou muito convencido que não é uma questão de cultura, mas de genes. É certo que já podia e devia ter aprofundado esta questão, mas o tempo faz-nos passar ao lado de muitas coisas.

Em Hamburgo, passou-se um episódio inofensivo, e muito engraçado, pois estávamos nos *anos* 60. Estava uma noite gélida e não tínhamos dinheiro para ir para o hotel. Entretanto encontrámos um alemão muito alto, que também sofria dos mesmos sintomas... Passámos junto a uma moradia e o meu amigo Miguel, realmente um tipo incrível, reparou que estava uma janela aberta ao nível do rés-do-chão, e disse-me: “*como seria bom dormirmos lá dentro!*” Eu aceitei, e desafiámos o alemão que ficou estupefacto com a ideia, mas o frio era tanto que, embora admirado com o desenrascanço dos latinos, também veio. À frente, o Miguel empurrou mais a janela e com a luz dos candeeiros fez-me um sinal afirmativo, o mesmo que eu fiz ao alemão grande mas definitivamente já atrevido. Então deparou-se-nos uma sala ampla, mas em que, mesmo às escuras vislumbrámos ter sofás e um tapete fofo. Nós ficámos nos sofás e o alemão grande, ainda incrédulo, ficou no tapete. Ora o alemão nunca mais se esquece desta, nem eu. Para o meu muito querido amigo Miguel, há tanto falecido, era só mais um episódio...

Depois fui para a Bélgica, onde me despedi do Miguel que vinha para Lisboa fazer a tropa. Aí, em Bruxelas, passou-se um episódio que ainda hoje não esqueci: apanhei boleia de um senhor muito simpático que me andou a mostrar os pontos mais significativos da cidade. Ao entrar no carro, no último percurso, pus a máquina foto-gráfica que estava no banco, sobre o meu colo. E o mais insólito de toda a viagem aconteceu então. Despedi-me encarecidamente e ao sair, o senhor perguntou-me: “e a minha máquina?” Então não é que eu levava a máquina debaixo do meu agasalho?! Fiquei petrificado.

Vim depois para o Luxemburgo que visitei, e infleti para Norte de novo, fui para Ostende e daí para Inglaterra. Em Londres fiquei em casa de um grande amigo de muito novo, na Madeira, o José Albuquerque Rodrigues, casado com a Ilse, finlandesa, de há muito minha amiga também.

Os madeirenses têm uma relação com a Inglaterra que penso vir do antigo turismo, anterior ao “turismo de massas” do pós Segunda Grande Guerra.

Fiquei uns dias em Londres, até que soube que o Benfica jogava em Edimburgo com o Hearts. Na madrugada do dia seguinte fui para o Convent Garden Market com a ideia de apanhar uma boleia para o Norte, de algum camião que tendo vindo deixar produtos, regressasse naquele sentido. Tentei indagar, até que encontrei um indivíduo dono de um camião que ia para o Norte com caixas já não sei de que produtos. O indivíduo disse-me que me levava desde que o ajudasse a descarregar o camião. Eu aceitei, pois que a boleia me levava longe, no caminho do meu destino. Tratava-se então de um “grande ponto”, um homem hercúleo incrível, que foi por ali acima sempre a cantar, mesmo nas apertadas curvas das montanhas escocesas. Conforme combinado, ajudei a descarregar a viatura, e ele continuava a cantar.

Apanhei outra boleia até Edimburgo e aí fui ao hotel onde estava a equipa do Benfica. Lá encontrei um grande amigo do meu pai, o coronel Ribeiro dos Reis, benfiquista ferrenho, que me convidou para jantar e logo aprazámos uma partida para o dia seguinte, em que eu seguiria no autocarro do Clube para o estádio do Hearts. Assim foi. Gostei muito de ter conhecido os jogadores. Seguiu-se o jogo que o Benfica ganhou. Uma autêntica Epopeia.

Em férias, eu ia no Verão normalmente para a Costa da Caparica e também alguns dias às ilhas Berlengas, a partir de 1956, dado que o meu cunhado, o Arq. Braula Reis, tinha ali uma pequena casa, que nos cedia durante duas semanas. Eu achava tão interessante, que todos os anos aspirava pelo Verão. Na Caparica conheci a Gininha, que não mais vi.

A Isabel e o Movimento académico de 1962

Quando se deu o Movimento Académico de 1962, o ensino no meu curso estava muito mau. Alunos de biologia, geologia e arquitetura, perdiam-se na Física e na Matemática e desistiam dos seus Cursos.

Na altura assinei um escrito de protesto. Esse foi um tempo muito bonito, em

que já ouvíamos os prelúdios do Zeca Afonso...

Foi quando, conheci a Isabel, aluna da licenciatura de Físico-químicas, que também se envolveu no Movimento Académico. E começámos a namorar.

No Movimento, fiquei a ocupar a Cantina Universitária na primeira noite, quando se pensava que a polícia ia intervir. Ainda bem que lá não foram porque estávamos então muito excitados e o pior poderia acontecer. Só foram no segundo dia e levaram mil e tal colegas, mulheres para o Governo Civil e homens para Caxias. Nessa altura estava a dormir em casa e depois eu e a Isabel fomos a Caxias, para protestar pela prisão dos colegas.

Um dia disse a dois pilotos aviadores que tinham sido meus colegas, que ia à Praia Grande com a Isabel e eles que eram muito meus amigos responderam: “*então vai que nós aparecemos*”.

Pusemo-nos em local visível junto à arriba. Eles localizaram-nos e num dia inesquecível para a Isabel, começou então o espetáculo: um autêntico festival aéreo só para nós. Coisa linda!

Quanto ao nosso casamento, aprazámo-lo para o dia 18 de Dezembro de 1962 data em que podia juntar alguns dias, às Férias do Natal. E em pleno Dezembro, fomos dois dias às Berlengas, no barco dos faroleiros. Era nessa altura Capitão do Porto de Peniche, o Comandante Andrade e Silva, filho dum grande amigo do meu pai. O Té, como o chamávamos, facilitou-nos essa boleia para as Berlengas no barco dos faroleiros.

No movimento estudantil reivindicávamos uma reformulação do ensino. Mas nada foi feito nem prometido Geologia ficou muito aquém das minhas expectativas. Resolvi interromper o curso e ir trabalhar, uma vez que a Isabel estava de acordo com isso.

O meu pai pediu a um engenheiro nosso amigo e ele arranjou-me trabalho na Sede da Companhia de Diamantes de Angola, onde eu recolhia e classificava a bibliografia da Companhia.

Sinceramente, embora não ganhasse mal, tal emprego não me satisfazia.

Em 1964 nasceu o nosso filho João Diogo.

A arquitetura Paisagista e o Professor Caldeira Cabral

Por essa altura aconteceu uma das situações mais felizes da minha vida. O Afonso Cabido, com quem tinha um amigo comum, o José Roque, escreveu-me de Santarém informando-me ser possível fazer o Curso de Arquitetura Paisagista aqui em Portugal. Apoiado também pela Isabel, fui então ao Instituto Superior de Agronomia,

ISA, e procurei pelo Professor Francisco Caldeira Cabral.

Um longo corredor me levou a um dos dias mais belos da minha vida. Ao fundo havia um guarda-vento e depois deste passado, havia uma porta onde eu bati e ouvi uma voz que disse: “Entre!”.

Abri a porta e um senhor de meia-idade, estava sentado numa cadeira “anos 40” de costas baixas que rodava. Ele estava quase de costas para mim, olhando a janela. Recordo – me de tudo como se fosse hoje, rodou a cadeira e perguntou-me: “*Então, que deseja?*”.

Foi assim que tudo para mim começou!

Contei então, que muito gostaria de tirar o Curso que ele ministrava e porquê. O Professor ouviu e no fim disse-me: “*Dado que tem uma candidatura que lhe permite entrar neste Instituto, aceito-o*”. Falou-me que tinha um Diário do Governo que implementava e definia a situação do Curso Livre, mas que por enquanto não dava Licenciatura e eu respondi-lhe que antes de mais o que eu procurava era uma formação. Apresentou-me o Plano de Curso que era um misto de disciplinas de Agronomia, Silvicultura e Formação Artística, sendo esta ministrada no Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista.

Apresentei na secretaria as disciplinas de aptidão ao Instituto e, deixando para trás a Geologia, comecei no ano seguinte a tirar o Curso, com um plano de cinco anos. E assim comecei eu, em 1964, e acabei em 1968.

O Professor Caldeira Cabral era um homem de grande cultura e tinha uma grande paixão: a música, tendo mesmo chegado a cantar numa ópera. Enquanto esteve em Berlim, acompanhava a Orquestra Filarmónica nos seus percursos, ajudando no transporte de instrumentos, a forma que tinha de sempre estar presente nos concertos. Como não fora para isso que o seu pai o fizera ir para a Alemanha, este quis retirar-lhe o apoio. Foi nessa altura que decidi ir tirar o Curso de Arquitectura Paisagista em Berlim, o que o fez com grande mérito. Quando mais tarde conheci colegas seus, em reuniões da *International Federation of Landscape Architecture (IFLA)*, presenciei a elevada consideração em que o tinham. Graças a um óptimo ouvido, o Professor falava fluentemente quatro línguas, o que lhe dava a capacidade de mediar assembleias internacionais. O meu Mestre era homem muito erudito, o que, associado a uma bela voz, fazia dele um brilhante interlocutor.

O Professor levou-nos muito ao estrangeiro em autênticas Grandes Lições, pois como já disse, possuía competências raras, que mais se exaltavam nas viagens, em plenas paisagens, em relação às quais ia tecendo considerações.

Nessa altura tive como “assistentes” no curso os Arq.^{os} Paisagistas Edgar Fontes e Álvaro Dentinho.

Este último teve comigo uma forte relação desde o primeiro dia em que nos conhecemos. Era frequente no fim das aulas ficar com ele a trocar ideias. Era um homem com espírito bizarro, que se batia fortemente pelas suas convicções e animava muito qualquer troca de ideias e adorava a polémica. O Dentinho acabou por ter

algumas dificuldades no relacionamento com o Professor Caldeira Cabral

Pelo tempo fora tornou-se um grande amigo meu e de algum modo influenciou bastante a minha vida profissional. Era um monárquico muito convicto, o que nada tinha a ver comigo, embora eu me batesse, isso sim, por uma aristocracia do espírito. Tive com monárquicos ótimas relações e o colega Álvaro Santiago Ponce Dentinho, meu antigo professor, foi mais tarde grande amigo pela vida fora.

Este tinha muita simpatia pelo meu colega Robert Manners Moura um colega muito sério no seu trabalho, bom escritor, que em seus livros não esquece a coreografia e dando muita evidência aos costumes, o que é sempre do agrado dos leitores.

Simultaneamente ao curso fui para o atelier dos Arq.^{os} Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Fontes. Edgar Fontes, era também Chefe da Divisão de Jardins da Câmara Municipal de Lisboa. Como colega, uma adorável pessoa. No atelier, os Arq.^{os} António Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles estavam a iniciar aquele que foi mais tarde um jardim de grande beleza, a que foi atribuído o Prémio Valmor, o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian.

Por essa altura, em 1966, nasceu a nossa filha Filipa.

Acabei o Curso de Arquitectura Paisagista com uma Tese “Proposta de Ordenamento da Planície Litoral entre Sines e Vila Nova de Mil Fontes “.

Em 2008, fez 100 anos que nasceu o Professor Francisco Caldeira Cabral.

Resolvi então preparar uma grande homenagem a que juntei a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e com um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian convidou-se a Presidente da IFLA, cargo que o nosso Professor tinha ocupado anteriormente com grande brilho.

O dia começou com uma missa na Igreja da Boa Memória, seguido de um concerto com a direcção do Pedro Caldeira Cabral seu filho, um seu colega que tocava e uma cantora soprano. Foi um grande momento, por todos muito apreciado.

Depois seguiu-se um Almoço na Jardim Botânico da Ajuda, que fora palco de algumas das grandes lições do Professor.

Para o almoço convidei todos os seus antigos alunos e família, mas a inscrição esteve aberta a quem quisesse participar. É claro que não me esqueci do Nuno Teotónio Pereira meu muito especial amigo, com quem fiz o Plano de Urbanização de Castelo Vide e que também tinha sido aluno do Professor Caldeira Cabral. O Nuno hoje já falecido, foi cinco vezes Prémio Valeflor e dado que sempre foi da oposição esteve prezo cinco vezes, tendo sido liberto no 25 de Abril. O Nuno era um dos animadores do

núcleo da “capela do Rato” que redigira um texto que foi entregue, para ser lido por Salazar.

O Ordenamento do Território

Fui trabalhar para a Direção Geral dos Serviços de Urbanização, sendo que a Divisão onde trabalhava era chefiada por uma pessoa de grande nível profissional e humano, o já mencionado António Viana Barreto. É enquanto trabalhador neste serviço que discuto a Tese de conclusão do curso “Ordenamento do Território da planície litoral entre Sines e Vila Nova de Mil Fontes”.

Em 1969 nasceu a nossa filha Maria.

Gostei muito de ter conhecido António Viana Barreto. Era engenheiro silvicultor e arquiteto paisagista e um homem muito competente em Ordenamento do Território, já nessa altura a minha matéria de eleição. A nível de projeto, foi aquele colega que conheci cujos primeiros traços tinham desde logo a virtude de relacionar o espaço exterior com o espaço edificado e dar desde o início proporção ao todo, independentemente do posterior desenho de pormenor. Trabalhei com ele em atelier em diversos projetos, com uma excelente relação de trabalho. Veio o 25 de Abril e ele inscreveu-se no CDS e eu sempre fui de esquerda. Em determinados momentos aflorou entre nós alguma divergência ideológica, que não afetou a nossa relação, e muito menos a consideração de fundo que sempre tive por ele. Era um Mestre em Ordenamento do Território, o assunto do meu maior interesse.

O melhor que posso dele dizer, é que António Viana Barreto era um homem de “grande dimensão” pois que sendo um homem discreto, no entanto tudo perspectivava.

Quando eu quis ir para Saragoça anos depois, era ele Diretor Geral do Ordenamento, apoiou a minha pretensão e graças sobretudo a ele consegui ir “em serviço”, deixando cá o meu imprescindível ordenado de pai de família.

Fui tirar a Pós-graduação de “Ordenamento do Território em Função do Meio Ambiente” no Instituto de Altos Estudos Agronómicos Mediterrâneos (OCDE). Na altura do 25 de Abril envolvi-me muito no processo de mudança que decorria no meu Serviço, juntamente com os meus colegas Raul Abrunhosa, a Maria Albina, o Duarte Silva, o Carlos Faria e a Isabel Ceia. Com o primeiro e a última desenvolvi uma grande afinidade pela vida fora.

Nessa altura eu tivera um desentendimento com a Isabel. Nesse tempo a Isabel conheceu e conviveu muito com uma colega da escola onde era professora, a Elvira Pontes, de quem depois fui, e ainda sou, muito amigo.

A Isabel no entretanto reconsiderou, e tempos depois foi ter comigo ao Instituto

onde eu fazia a pós-graduação.

Ao Arq. António Viana Barreto devo algo do que sou na minha vida. Obrigado meu amigo.

Os colegas do meu tempo em Arquitetura Paisagista, no ISA

Da minha geração eram o Fausto, o Fernando S. Pessoa, o Marques Moreira, a Lucília Maymone e a Ana Maria Pais de Azevedo, aqueles com quem mais me dava, tendo estabelecido com eles uma forte amizade. Infelizmente a Ana Maria partiu... Eram pessoas muito diferentes entre si, mas com muito interessantes qualidades. O Fausto era um rapaz com menos dez anos do que eu e com uma forte autoconfiança. Sabia muito bem o que queria. Quando da minha ida para o ISA, o Fausto ia visitar-me a casa com frequência e os meus filhos gostavam muito dele. Mais tarde foi também o Fausto, que disse ao Fernando S. Pessoa para me desafiar para ir dirigir a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António – RNSCMVRST. Eu sempre apreciei muito as qualidades do Fausto. Em tempos do Instituto Superior de Agronomia, o Fausto resolveu candidatar-se à Associação de Estudantes, projeto que eu achei interessante para ele. Durante a sua campanha, resolvemos ir buscar o Zeca Afonso para cantar no Instituto, o que causou surpresa, pois o Zeca há tempos que não cantava em Lisboa por questões penso que políticas. Desafiámo-lo, ele aceitou e fomos buscá-lo a sua casa, em Setúbal, no meu Citroen 2 cavalos. Entretanto a notícia correu célere em Lisboa e assim que chegámos ao ISA, começou a aparecer muita gente de fora e de dentro do meio académico. Foi uma festa! Pobre do opositor, que ficou desde logo fora de combate.

Poderá dizer-se, que foi a imaginação ao poder. O Fausto ganhou a eleição!!

A minha relação com o Fernando S. Pessoa já vinha do tempo em que ele era o arquiteto paisagista, funcionário da Divisão de António Viana Barreto, no Funchal. O Fernando fizera uma Tese sobre “O Parque Natural da Madeira”, o que muito me interessou. Ele foi depois para a Alemanha para o atelier do Arq. Paisagista Werkmaister onde estive uns meses trabalhando e também inteirando-se da política de Conservação da Natureza, com fortes tradições naquele país. Quando acontece o 25 de Abril, ele estava ainda na Alemanha. Quando regressa, à Madeira ainda no PREC, vai para o seu antigo organismo. Éramos de novo amigos e colegas, o que para mim foi motivo de simpatia, pois ele já era uma falta para a minha terra. O Fernando era uma força da natureza, e quando o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles foi para o Governo, foi à Madeira convidá-lo para o seu Gabinete.

O Fernando S. Pessoa telefonou-me da Madeira, a lembrar que era altura de criar a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas - APAP. Achei bem e disse-lhe que ia falar para o Fundo de Fomento da Habitação, onde trabalhavam a Arq.^a Manuela Magalhães, a Mané, de quem eu era grande admirador, as Arq.^{as} Margarida Coruche, Graça Saraiva e Maria João Botelho. Quando lhes falei disseram-me que também estavam a pensar nisso. Disse, “então, vamos a isso”, e logo marcámos uma reunião alargada para o meu atelier, que passou a ser a Sede da Associação - APAP.

O Arq. José Marques Moreira formara-se antes de mim, era açoriano e filho de uma das irmãs Câmara que o meu pai tratava por primas, dado que ele também era Câmara, mas da Madeira. O Zé Marques Moreira é um homem estudioso e de finíssimo humor. Também uma pessoa muito conhecedora de plantas ornamentais, básicas para a arquitetura paisagista. Publicou mesmo um livro - Árvores e arbustos em Portugal - para mim o melhor sobre esta matéria escrito em língua portuguesa.

A Lucília Maymone era minha colega de ano no ISA, tendo ido comigo para a Direção Geral dos Serviços de Urbanização. Em concordância com o Serviço, escolheu para estudo a Ilha da Madeira, e por isso tive oportunidade de lhe dar algumas “dicas”. Mais tarde apresentou este trabalho como Tese. Era uma pessoa discreta, mas bastante trabalhadora e estudiosa.

Na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim, de 1977 a 1979

No regresso do Fernando S. Pessoa a Lisboa eu passo a dar-me mais com ele. O Fernando integrou o Fausto, que vivia no Algarve, no Serviço Natural de Parques, Reservas e Património Paisagístico - SNPRPP, do qual fora nomeado Presidente.

Em função do convite que recebera do Fernando S. Pessoa para ir para o Algarve dirigir a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim, fui para o Ministério do Ambiente.

Saio do Ministério das Obras Públicas e venho para o Serviço já referido, e depois de uma curta estadia neste Serviço em Lisboa, vou com a minha família para Vila Real de Santo António, onde vivemos durante dois anos. Mas no Verão, como nem eu nem o meu Serviço tínhamos dinheiro para pagar a renda da minha casa, que se multiplicava algumas vezes devido à época balnear, eu ia com a família passar os três meses para um antigo. Posto da Guarda Fiscal, no Serro do Seixo, em pleno Sapal de Castro Marim, à beira do Guadiana.

A minha vida no Algarve decorre muito em Castro Marim, onde no Castelo tinha escritório. Trabalham comigo o Leal como administrativo, o Alberto Espírito Santo e o Humberto Guerreiro como técnicos, e ainda o Vítor, como auxiliar. Foram pessoas com quem eu estabeleci uma grande relação de camaradagem, até porque todos nós éramos pioneiros nas nossas funções.

Enfim boa gente e cada um com as suas idiossincrasias. Lembro-me que o Alberto tinha na sua história uma fuga de avioneta para a Argélia, com a sua namorada, ao encontro do Manuel Alegre. O Humberto era um indivíduo com um humor raro e isto não era a minha opinião exclusiva, mas generalizada em Vila Real de Sto. António e que me foi de uma grande utilidade em certas situações. Já cá não está, mas nunca o esquecerei.

O Castelo de Castro Marim foi, no tempo de D. Dinis, a primeira sede da Ordem de Cristo, quando o Papa acabou com os todo-poderosos Templários. Ainda que em tal não se falasse, o nosso grupo tinha disso conhecimento, e por conseguinte um certo orgulho, pois o Infante Cardeal D. Henrique teria andado por ali.

Eu nunca abdiquei da minha posição de ambientalista e logo lancei o “Grupo Sol Nascente” que se expressava num “jornal de parede” em Vila Real de Sto. António, fora das horas de serviço. Como principal amigo da Reserva Natural, tinha o Jacinto Palma Dias que mais tarde formou casal com a “Belita” que depois foi trabalhar para a Reserva.

Dado que se tratava de uma Reserva Natural com uma forte presença humana, tudo fazíamos para valorizar as populações do concelho, que foi em tempos uma população de homiziados. Uma vez por ano comemorávamos o Dia da Reserva em que saíam os resultados do “concurso de platibandas” (fachadas das casas) . No Castelo, fazíamos no mesmo dia, uma mostra de artesanato em que as pessoas assistiam à produção das peças feitas pelos artesãos que tínhamos convidado a estar presentes. Eu nunca tinha visto fazer bilros, o que aconteceu pela primeira vez. Concursos de vasos de flores, e de “papagaios”, cujos autores faziam subir para apreciarmos e avaliarmos a sua beleza e capacidade de voar. A festa sempre acabava por música tocada por bons músicos, escolhidos pelo nosso amigo Jacinto Palma Dias, entendido nessa matéria. O Jacinto era um homem de grande valor cultural e isso ele emprestava à Reserva, como seu amigo número um.

Enquanto funcionários da Reserva Natural sempre íamos pelas escolas falando da Conservação da Natureza, elucidando sobre o Serviço dos Parques e desenvolvendo especialmente a questão dos sapais, e do seu valor ecológico até então quase nada conhecido.

O Fernando S. Pessoa tinha sido o "criador" e Presidente do SNPRPP, e com o seu injusto "saneamento", por questões de natureza política, tudo se perdeu deste Muito Importante Projeto.

Enquanto trabalhei na Reserva, algumas intervenções tive, com certa responsabilidade.

Foi o caso de discussões que envolveram o projecto de construção da Ponte sobre o Rio Guadiana. Esta questão era sobremaneira importante para a Reserva Natural, para que o seu Diretor não fosse ouvido. Daí que o meu Presidente Fernando Pessoa, me mandou vir à Junta Nacional das Estradas, para em reunião – alargada, cada um de nós dizer de sua justiça. Naturalmente o primeiro a falar, foi o autor do projeto, o Professor Edgar Cardoso.

Éramos talvez umas quinze pessoas a serem ouvidas. Quando chegou a minha vez disse que discordava totalmente da proposta por várias razões, sendo que a primeira se prendia com as grandes incidências sobre o sapal, que rapidamente iriam acusar enormes impactos negativos, desde logo pela supressão de vasta da sua área. Quando disse isto, o Professor retorquiu num tom com menosprezo: “*Mas o que é isso do sapal?*”. Então respondi, “*que me admirava muito que um professor catedrático não soubesse o que era um sapal, porque eu era um simples arquitecto e sabia bem o que era uma ponte*”. Quando disparei esta, até as bandeiras da sala abanaram...

Tinha sido muito jocoso, é certo, mas o Professor tinha falhado um pouco na forma como se me dirigiu, dado que eu de início tinha sido apresentado como Diretor da Reserva Natural do Sapal.

No desenvolvimento da minha argumentação eu realceique urbanisticamente também me parecia malconcebido, uma vez que na proposta apresentada, a ponte, na direção do Castelo, iria envolver a vila por faixas de betão com consequências até a nível microclimático. O Brigadeiro, Presidente da Junta das Estradas foi sensível à minha argumentação e retirou o projeto do citado autor, dando o trabalho a outro projetista em que, entre outras alterações, foram tidas em conta as minhas observações.

É claro que não há rosas sem espinhos, o que quer dizer que o pioneirismo tem horas menos fáceis. No nosso caso, o problema mais difícil de ultrapassar, era o da caça. Entre as aves mais presentes contavam-se os patos, que no seu voo pareciam aviões e excitavam o gatilho de gente, que vinha de muitos lados para caçar no sapal.

Uma noite em Vila Real de Santo António tive uma reunião com mais de cinquenta caçadores que se puseram tão excitados, que o Capitão do Porto teve que mandar lá o piquete, pois a gritaria era tanta, que ele temeu que me quisessem bater. Felizmente por uma questão de espaço, tudo se passava na Capitania do Porto.

Não será preciso muito mais, para dar uma panorâmica do que foi o “Viver a Reserva” e dirigi-la.

O regresso a Lisboa, no final de 1979

À chegada a Lisboa conheci Jorge Paiva, um homem que me impressionou vivamente pelos seus conhecimentos. Trabalhava no Jardim Botânico de Coimbra e estava a doutorar-se. O Jorge Paiva foi um homem que sempre se bateu como poucos pelas questões que dominava e que eram em grande parte as “nossas questões”. Passei a conviver muito com o Jorge Paiva, até porque fora muito amigo de um amigo meu que estudara em Coimbra, o João Lamas, ainda que fossem de feitio muito diferentes. O Jorge Paiva era um Mestre em botânica. Nesta área só o Professor Francisco Caldeira Cabral podia comparar-se. Sobressaía na sua aguda crítica aos disparates, que eram muitos, vindos de ignorantes em matéria da dita ecologia ou de demagogos que saíam ao terreiro. O Jorge Paiva bastante se tem indignado com a política de florestação seguida no nosso país, a eucaliptização, e com veemência várias vezes contra ela protestou. Pela vida fora juntara-se aos que na altura se movimentavam na área do “Movimento pela Terra”.

Também nessa altura desafiei para esse Movimento aquele que foi um grande amigo, o Professor José Delgado Domingos, que veio a casar-se com a minha amiga Mané, e que eu juntei aos que lutavam nessa área. O Zé, enquanto Professor no Instituto Superior Técnico na área da Termodinâmica, era um grande crítico ao tipo de crescimento económico que estava a ser seguido no Liberalismo desenfreado que ele combatia, e que no seu entender exponenciava a entropia dos sistemas. E como a Energia é fundamental à produção, ele referia muito a “Entropia do atual Sistema e Produção”.

O “Movimento pela Terra” inicia-se em casa do Eng. Luis Coimbra, por este, pelo Fernando S. Pessoa e pelo Dr. António Eloy, que logo foram a casa do Arq. Gonçalo Ribeiro Telles entusiasmado-o para figura de referência do Movimento. O

Carloto Marques foi outro bom amigo que se juntou a nós.

Em Lisboa e independentemente de qualquer serviço público, fui um dia denunciar uma autêntica farsa que foi a marcação para a Discussão do Impacte Ambiental de uma obra gigante (já construída), o Silo da Trafaria. Foi comigo o meu amigo Aníbal Ramos e tratava-se então daquilo a que eu chamava, o “Monstro” da foz do Tejo. Apresentado o trabalho e connosco lá dentro, foi perguntado o parecer da assistência, sobre a sua construção. Logo me inscrevi e disse que do meu ponto de vista, eram tantos os agravos e tão grandes, desta obra, que ela deveria ser demolida. O que eu disse deve ter sido para muitos um escândalo. Logo foi retorquido, que o silo era fundamental para o armazenamento de cereais. Valerá agora dizer-se que depois do enorme disparate que constituiu, já se destinou a diversas outras funções e penso mesmo que tal foi um grande sofisma.

Intervenções na Imprensa

Ainda que não guarde comigo, vou referir-me a algumas das minhas intervenções na imprensa.

A primeira foi no já há muito desaparecido Diário Popular, à altura um dos jornais de maior expansão o nosso país. Nesse tempo eu estava dedicado à Ecologia e ao Urbanismo.

O assunto da intervenção, no final da década de 60, prendia-se com a Zona Ribeirinha de Lisboa. A partir da margem do rio os 200 metros para o interior estavam sobre a jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, APL. Nessa altura, tal como hoje, eu pensava que, dado o seu valor ecológico, a Zona Ribeirinha de Lisboa teria uma forte Aptidão Urbanística e por isso ela devia ser resgatada à já mencionada jurisdição da APL e entregue ao Planeamento da Cidade como valor de contemplação e uso lúdico passivo, e como tal um equipamento pequeno dedicado exclusivamente à aptidão referida.

Um outro artigo escrito no Diário de Notícias em inícios da década de 90 chamou-se a "Praça e o Rio" Este referia-se basicamente ao valor histórico e paisagístico do Terreiro do Paço, antigamente chamado Praça do Comércio. Depois do terramoto de 1755 a zona baixa de Lisboa ficou totalmente destruída. O Marquês de Pombal entregou aquela área aos cuidados de Eugénio dos Santos, área essa que passou a chamar-se Baixa Pombalina que seguia do Rossio para o Rio Tejo numa sequência de ruas ortogonais, umas largas e outras estreitas. O eixo principal era a Rua Augusta, a que se seguia o Arco e depois uma muito ampla Praça com Arcadas a nível térreo e que terminavam junto ao rio com um Edifício de cada lado de feição majestosa, talvez, não o sabemos certo, mas que nos parece inspirado no Palácio de D. Manuel, que o terremoto fizera desaparecer.

No artigo, eu manifestava indignação e revolta, pela Praça estar transformada num parque automóvel. Ora aquele espaço teve através dos tempos, diferentes arranjos por vezes passíveis de crítica menos positiva, mas sempre com a pujança e dignidade da sua amplidão e enquadramento.

Saído o artigo de repúdio, a minha colega Graça Saraiva disse-me que a Arquitecta Teresa Craveiro do gabinete do Presidente da CML, me queria falar. Desse diálogo resultou que eu seria requisitado ao Ministério do Ambiente, para preparar o que eu me propunha, que era o Plano de Requalificação Urbanística do Terreiro do Paço. Acabado este, foi constituído um Júri que iria apreciar o trabalho feito pelas equipas concorrentes. Deste júri fizeram parte dois amigos meus: os Grandes, Gonçalo Ribeiro Telles e Nuno Teotónio Pereira, e outros.

Apreciadas as Propostas, o Júri concluiu o que nenhuma destas merecia o primeiro lugar, Só este primeiro lugar, conduziria ao direito à construção.

Ora o tempo passou, eu regressei ao meu ministério e o Dr. João Soares foi para Presidente da Câmara de Lisboa. Este, sabendo que o pressuposto do Plano de Requalificação Urbanística era a acabar com o parque de estacionamento, tirou de lá os carros e foi feito um pavimento de gravilha miúda, pressionado com um colante.

Passaram-se anos até que a Câmara entregou o projeto ao Arq. Luís Bruno Soares com quem pessoalmente simpatizo, embora pense que teria sido mais razoável ter sido feito um segundo concurso.

Escrevi um outro artigo para o Público, há cerca de trinta anos, e tinha a ver com a proposta de utilização de bicicletas na cidade. Advoguei que as bicicletas eram fundamentais para um trânsito sustentável na cidade de Lisboa. E isto porque cerca de noventa por cento da área da cidade tem declives menores de quatro por cento. Assim sendo, entendia que os jovens e as pessoas até meia idade, poderiam e deveriam um dia deitar mão deste transporte. Isso seria bom para as pessoas e para o ambiente urbano. Lembro-me que na altura causou um certo ceticismo, nomeadamente na Escola onde dava aulas. Na altura houve quem dissesse que tal não tinha sentido na cidade das sete colinas e a essas pessoas argumentei que nessa área, representando cerca de 10% por cento da cidade, não tinha sentido, mas fora dela sim, ou seja, nos restantes 90%.

Refiro também que um dia escrevi para o Público um artigo criticando muito negativamente a Globalização Económica. Friso isto, entendendo no entanto que a globalização da informação, em moldes sérios, essa sim, é importante.

Quanto à globalização económica a que dediquei o artigo, é no meu entender negativa para a sociedade e para o ambiente global da Terra. Acontece que a Globalização como é normalmente considerada, acaba com a pequena e a média economia. Ora isto, como é facilmente compreensível, altera de modo radical a organização socioeconómica mundial no sentido perverso do poder capitalista, neoliberal que está a destruir a Terra.

Esse artigo, creio que um dos mais importantes que escrevi em toda a vida, o Público não quis publicar. O Diretor do jornal Público era um indivíduo que a pedido do seu pai, Almeida Fernandes, se tinha iniciado na área do ambiente, com o Fernando S. Pessoa e também comigo. Enfim, percebi nessa fase que o que muito interessava às pessoas era estarem na crista da onda, fosse qual fosse a dita onda.

Enquanto ambientalista

Na década de sessenta conheci o Afonso Cautela e depois tornei-me seu admirador e amigo. O Afonso era um homem muito especial, tão especial que se interessou e muito pelo Ambiente, numa altura em que não era ainda moda. O Afonso criou o Movimento Ecológico Português, de que fez também parte a Isabel, minha mulher. Foi um grande lutador, desdobrando-se em iniciativas. Foi um bom poeta com uma obra muito grande, que em jeito de homenagem, o filósofo José Carlos Marques está actualmente a publicar, tendo feito já sair o primeiro livro.

Quando estive na Reserva Natural, no Algarve, a minha mulher teve como colega da Escola Secundária de Faro onde fez o seu estágio profissional o José Carlos Costa Marques, com quem muito me relacionei e com ele me tenho dado a vida inteira. Pois este amigo tem uma grande capacidade de iniciativas e é uma pessoa importante na política do ambiente, um grande batalhador. Do Algarve promoveu uma muito interessante reunião nas Caldas da Rainha a que chamou, se bem me lembro “Pela Vida, Contra o Nuclear”. Nas Caldas da Rainha ele contava com o entusiasmo do nosso amigo director da Gazeta das Caldas que foi um grande apoio para o José Carlos Marques. Vim com ele desde o Algarve. Chegados às Caldas da Rainha, deparou-se-nos uma grande assistência, pois à data muita gente ainda receava que pudesse vir a ser construída a central nuclear de Ferrel. Nessa reunião assistimos, entre muitas intervenções, à do filósofo António José Saraiva, regressado do seu exílio em Paris.

Mais tarde tive ainda com o José Carlos a iniciativa de lançar uma Candidatura Ambientalista Autónoma à Presidência da República. Foi um processo moroso e trabalhoso. Chegados ao termo do processo em que faltava apresentar publicamente um nome, ninguém quis assumir.

Por essa altura conheci uma mulher de reconhecido valor, que esteve na Assembleia da República como deputada, foi Presidente da Câmara de Cascais, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e Presidente da Ordem dos Arquitectos, a arquitecta Helena Roseta. A minha amizade com ela foi muito gratificante pois que era uma pessoa pessoal e politicamente exemplar. Tínhamos posições políticas diferentes, mas sempre tive pela Arq.^a Helena Roseta grande consideração e ainda hoje lhe guardo amizade.

A Arq.^a Helena Roseta era grande amiga da Natália Correia que eu conheci no "Botequim", onde esta estava todas as noites. Recordo bem as pombas brancas que a Helena lançou no funeral da Natália, que era uma cabeça fantástica, se tornou muito amiga do Fernando S. Pessoa, colega e companheiro de grandes batalhas ambientais já referidas. Vale a pena mencionar que ele era grande credor dessa amizade, pelo mérito que lhe revia.

Há cerca de cinco anos, conheci o Dr. Helder Lima Santos com quem tenho mantido amizade. É um mutualista, que considero ser uma das formas mais avançadas de intervenção social. Hoje o Helder é do Bloco de Esquerda. Ele disse-me que o Movimento a que aderiu quer avançar com o Ecosocialismo a que me tenho dedicado a vida inteira. Por isso estou a colaborar com ele, ainda que sem grande esperança. De um modo geral sabe-se muito pouco de Ecologia e sem ela é difícil construir uma Economia Sustentável, ainda que muitos dos movimentos de esquerda o esqueçam.

Algumas intervenções mais duras que tive, foram necessárias pelos agravos em presença. Uma vez fui a uma reunião em que se discutia o lugar onde se iria pôr a funcionar “a grande papelreira”. Esta unidade, esteve no Porto de Marselha a pagar preços elevados de estacionamento pagos ao que penso, por quem a comprara. Tratava-se de uma macro-papelreira destinada a ser implantada nas nossas colónias, numa nítida postura colonialista. Quando aconteceu o 25 de Abril, os proprietários resolveram então que viria para Portugal. Esta foi, quanto a mim, a situação mais perversa que conheço no domínio do ambiente em Portugal. Coisas há que não são suportáveis e por isso temos que lhes fazer guerra.

Convocou-se na altura uma reunião para debater este assunto. O presidente da mesa era um indivíduo que o Eng. Correia da Cunha tinha promovido e as suas diversas intervenções deixaram-me muito mal disposto, dado que todos os presentes concordavam com a pretensão apresentada, de implementar a papelreira à volta de Muge. Ora isso parecia-me muito mal, entre outras razões, pelas incidências na Reserva Natural do Estuário do Tejo. Mas também porque, não se falando na altura na lavagem dos resíduos, logo se admitia que fossem lançados no rio ou em qualquer afluente deste. Vem a propósito dizer que para lavar 1 metro cúbico de pasta de papel são gastos 200 metros cúbicos de água.

Os participantes estavam prontos para aceitar Muje. Então tive que contrariar com toda a veemência essa hipótese e apresentei os motivos. Mas como não fosse bem aceite, invoquei a minha qualidade de técnico de Áreas Protegidas para me opor frontal e definitivamente àquela localização. É fácil perceber que os outros 6 ou 7 presentes tivessem ficado bastante agastados.

A minha intervenção foi determinante e o presidente da mesa, a contragosto, teve que aceitar os meus argumentos.

Ainda que eu tenha ganho esta batalha, influências de Poder Malévulo, fizeram com que Portugal tivesse perdido a guerra. E, na minha opinião, o eucalipto veio a tornar-seum causador de tantos males para o nosso País. O meu querido amigo Arq.^o Gonçalo Ribeiro Telles passou a vida a lutar contra tal, mas "do lado de lá" estavam muito poderosos e obscenos interesses, que contribuíram para a desertificação do país. Lembro aqui que além de grandes malefícios, 300ha de eucaliptos, originam um único posto de trabalho. Isto, claro está, para quem alegue a influência positiva no emprego do interior do país. Mas para além do solo, está em causa a Conservação da natureza e da Água. É exemplo a Serra de Alportel, onde havia mais de vinte fontes, que desapareceram, com a desenfreada plantação de eucaliptos; enquanto é nítida a sua influência na desertificação de Sul a Norte do nosso País. Tudo isto se perdia e em grande parte se perdeu, perante o mutismo de silvicultores portugueses, com poucas excepções, entre as quais a do meu amigo Fernando S. Pessoa.

Outra história que considero de algum interesse, prende-se com uma minha intervenção numa reunião no Hotel Ritz, ao que penso promovida pelo Jornal Expresso, com a presença em debate do Ministro do Ambiente espanhol e da nossa Ministra da Agricultura, da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

Ora dado que estivera um ano em Espanha, achei que podia abordar a Questão Ibérica.

Eu naturalmente não fora convidado, como é fácil perceber. Aconteceu no entanto o imprevisto para mim e para os presentes: um grande amigo meu, o João Caninas estava na organização e eu, quando soube disso, já no Hotel Ritz, pedi que o chamassem e através dele ingressei no almoço.

Quando os ministros acabaram de falar, o moderador perguntou quem queria falar. Eu levantei-me, pedi a palavra, e falei em aspectos que considero significativos e que não tinham sido abordados.

Comecei por falar no Alqueva chamando à atenção que este polémico projeto, que custara uma fortuna - tanto quanto a Ponte Vasco da Gama - corria o risco de poder ficar destruído caso não fossem monitorizados os agroquímicos ali lançados. Ora o que sabíamos à altura era que pelo menos uma multinacional estava a plantar grandes áreas de oliveiras em exploração intensiva. Seria fácil admitir que a tal tipo de empresas lhes interessa rentabilizar ao máximo a sua intervenção, não se preocupando com as consequências negativas resultantes. *“Quem viesse depois que fechasse a porta.”* A monitorização dos agroquímicos lançados no Alqueva teria, no meu entender, que ser exigida. Doutra modo grandes males poderiam vir a acontecer.

Falei ainda noutros aspectos, como o caso do milho transgénico, que na Europa à altura, só era aceite em Portugal e em Espanha. Este milho tem a particularidade das sementes não se reproduzirem quando lançadas à terra. A sua semente tem que ser comprada à multinacional Monsanto, e na Europa é adquirida através da Bayer. Mal sabia eu, que a mesa onde tinha ido parar, era a dos industriais do milho. De modo que tinha tido conversa animada já durante o almoço.

A seguir a mim, pediu a palavra o Eugénio Sequeira, que também falou sobre o Alqueva no mesmo sentido que eu.

A presença no almoço foi muito grande: industriais, comerciantes e banqueiros. O ambiente estava na moda, o que era muito apetitoso para quem quisesse ganhar dinheiro!

Há cerca de três anos fui assistir a uma exposição sobre a Exploração do Lítio na Fundação Calouste Gulbenkian, ao que julgo organizada pelo Ministério do Ambiente. O anfiteatro estava completamente cheio, com mais de uma centena de pessoas. O assunto estava na “ordem do dia”, dado que os jornais uns dias antes vinham falando do tema. Eu pensei que devia ir lá. Ao que lera, já tinham sido detectados nove mil quilómetros quadrados, com possibilidades de Exploração e já havia muitos pretendentes, na sua maioria estrangeiros, ligados às explorações mineiras mas não só.

Fui então assistir à exposição. O assunto tornara-se tão mediático, que pensei que lá estivesse o Ministro do Ambiente. Mas não, apenas estava a Diretora Geral do Ambiente, uma senhora que eu já conhecera quando da minha estadia no seu Serviço.

Finda a exposição inscrevi-me para intervir. Deram-me a palavra e logo mencionei os impactos dessas explorações nos Planos Directores Municipais - PDMs, sabendo, entre outras coisas, que estes deveriam acautelar a Reserva Ecológica e a

Reserva Agrícola dos respetivos concelhos. Fiz uma pausa e como se eu estivesse a falar de coisas estranhas à pertinência da Extração do Lítio, ninguém da mesa disse nada, e então voltei a dar ênfase aos PDMs.

Ora tendo eu passado muito tempo da minha vida ativa falando de uma alternativa à clássica motorização automóvel, e considerando esta hipótese tão interessante, pretendia saber que parte dos lucros da exploração do lítio para utilização em baterias de armazenamento de electricidade iriareverter para as Autarquias e para o Estado português. Sempre entendi que os recursos do nosso território são de Portugal e que na sua exploração por outros, temos que ser claros nas contrapartidas a impor. Não sei do “estado da arte” desta questão neste momento, mas sei que na altura referiram que o assunto ia ser mais bem estudado e sem falsas modéstias, entendo que dei para isso algum contributo. Só tive pena que o Ministro não tivesse estado presente...

Os mistérios dos Açores

Por vezes ocorre-me que devo ser um dos madeirenses que mais gostam dos Açores e julgo que isso será de família, porque o meu pai e o meu avô também tinham esse gosto.

Muito jovem fui num barco da Companhia Insulana aos Açores visitando então as 9 ilhas. Este périplo teve a ver com uma organização insular de escolas. Foi depois criada uma junção de amizade, entre gente da Madeira e dos Açores.

Nessa altura mal sabia eu que um dia iria estudar alguns aspectos do maravilhoso arquipélago açoriano. Para isso, pelos anos 80, sobrevoei a ilha do Pico num avião da Força Aérea. Tratava-se de estudar a ilha na perspectiva da sua vinha.

Em tempos, o vinho licoroso do Pico, foi particularmente apreciado na Corte dos Czares da Rússia e nessa altura obteve grande fama. De certo modo era o contraponto do Vinho da Madeira, utilizado na Corte Inglesa.

O trabalho de campo fez-me apreciar um terreno com uma estrutura perfeitamente impar, um reticulado em que as cepas são plantadas em células amuradas de pedra que balizam quadrados pequenos de pedra que envolvem a cepa. Ora isso constitui uma estratégia de proteção, mas cujo objetivo maior desta prática, no meu entender, passou pela retenção da radiação solar que, deste modo adoça muito as uvas, ainda que a proteção física dos ventos salinos, também seja importante.

O Território da Vinha do Pico foi estudado e demarcado por mim, constituindo quase 1000 ha. Fiz este estudo enquanto profissional liberal para um Gabinete.

Posteriormente, os Serviços do Ministério do Ambiente com competência para avançar para um pedido de Classificação Oficial, invocaram-no e apresentaram uma candidatura à Unesco, que veio a classificar as vinhas da ilha do Pico como Património da Humanidade.

Ainda em relação aos Açores, uns anos antes, tinha feito para o Serviço do

Ministério das Obras Públicas em que trabalhava, o Estudo Prévio de Ordenamento do Território da Ilha de São Miguel.

Eu já conhecia a ilha, mas nessa altura teria que estudá-la e observá-la com um olhar mais profundo, de forma a identificar bem os seus Valores. Voltei a São Miguel em Novembro de 1975, onde tirei muitos apontamentos e fotografias. Cartografei na escala 1/50.000 e, na mesma escala, apresentei o referido Plano de Ordenamento Prévio a que me propusera. Penso que foi útil, pois o colega que entretanto chegara à ilha pôde ter disponibilidade para despachar outros processos. Nesta época, infelizmente, muita gente se apoiava no PREC, para favorecer os seus desígnios individuais.

Antes de fazer esse trabalho, já dera parecer a dois outros processos para S. Miguel. Um para a Praia do Pópulo, em que se pretendia edificar entre a estrada e o areal, e do qual discordei dando parecer negativo. Outro foi para a Lagoa da Furnas, a poente do seu plano de água, onde pretendiam edificar numa situação de grande valor paisagístico, desvalorizando o interesse ambiental da Lagoa. Dei parecer negativo.

É preciso ter presente que para fazer uma obra num terreno particular o proprietário tem limitações no caso deste ter um valor local ou regional.

Eu e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal - SHIP

Em 1927, o meu avô e padrinho, a pedido do Presidente em Lisboa, fundou a Delegação da SHIP na Madeira. Tal não me admira, pois que ele tinha organizado as “Comemorações dos 500 anos da Descoberta da Ilha da Madeira”, que se tinham revestido de grande dignidade.

Na ilha da Madeira, a SHIP teve alguma relevância enquanto o seu Fundador, meu avô, e o Secretário, meu pai, estiveram em situação de lhe dar assistência.

Quando viemos para Lisboa, o meu pai, passado pouco tempo, passou a ser Secretário-geral da SHIP. Por essa altura, eu vinha com ele ao Palácio, tinha então 15 anos.

Estive muitos anos sem vir por aqui, mas porque sabia que esta Sociedade já era um amor de família, resolvi voltar. Também é verdade que lá por fora a portugalidade se estava a esvanecer, e eu pensei que era altura de aqui me refugiar. Quando aqui cheguei, o Dr. Jorge Rangel soube da minha história, desceu comigo as escadas e apresentou-me à “joia da casa”, a Dra. Ana Prosérpio com quem vim a estabelecer uma relação de simpatia e muita consideração.

Veio mais tarde para Presidente o Dr. Alarcão Troni com quem eu tive uma forte empatia. Logo soube que ele é Perestrelo, e isso fez-me sentir uma grande aproximação às “minhas águas”. Enquanto madeirense tenho grande simpatia pelos nossos navegadores, porque foram eles que nos levaram para a terra que foi o meu berço. Um deles foi Bartolomeu Perestrelo. Mas as afinidades com o Dr. Troni nunca mais acabavam, pois era conhecido da família Amaro da Costa com quem, como anteriormente referi, eu tivera uma intensa relação. Fui amigo do Manel, de quem ainda

hoje não fiz o luto, e conheci bem o Adelino e até a Sr^a D^a Tita, a mãe, por quem guardava muita ternura..

Um dia chegou à SHIP o Lourenço de Almada, sobrinho do Pedro Almada, com quem eu havia praticado vela muito tempo. O Presidente veio a propor o Lourenço para o Conselho Supremo da Sociedade Histórica, o que me pareceu muito bem, visto que ele era o descendente de D. Antão de Almada, de cuja casa saiu a Revolução no 1º de Dezembro de 1640. Colaborei nalgumas iniciativas do Lourenço e fui seu amigo. Ele nunca me disse, mas vim a perceber que já me conhecia, talvez por simpatizar com a área do Ambiente a que há muito me dedico. O Lourenço foi bem intencionado e muito se empenhou, no entanto, tinha expectativas maiores do que a sua dimensão, que não é pequena. A todos nós já tal aconteceu na vida.

Fui aqui muito amigo do Dr. Eugénio Ribeiro Rosa, um dos grandes Senhores do Palácio, que simpatizou comigo, o que levou a que o acompanhasse bastante. Era um homem distintíssimo, conhecedor de vários assuntos para além da medicina, em que fora cirurgião de renome, e poeta que sempre li com grande agrado. O doutor conhecia o meu grande carinho pelo jardim do Palácio, feito por um professor meu, sócio desta casa, o arquiteto paisagista Edgar Sampaio Fontes. Ao que penso, foi ele que executou o projeto e dirigiu a sua implantação, uma vez que foi Chefe da Divisão de Jardins da Câmara Municipal de Lisboa. Julgo que o meu amigo e antigo professor, terá dado ao jardim um cariz oficial pelo facto do Palácio ser Monumento Nacional. Não cheguei a perceber porque razão o Presidente nunca me deu a responsabilidade do Jardim. Admitindo que isso iria acontecer, custeei um emblema “Somos Portugueses” para, com a venda dos mesmos, subsidiar as obras. Enfim, “uma pedrinha no sapato”.

Um outro amigo desta casa era o Capitão de Mar e Guerra Eugénio Ramos. O Eugénio tinha também tirado o Curso de Arquiteto Naval em Génova. Ele fora meu colega no Liceu Gil Vicente para onde eu viera à chegada da Madeira, em 1951. Era um homem com um coração de ouro e dele tenho eterna saudade.

Enfim, na SHIP, não sei se consegui fazer-me compreender. Entendia eu, então, como ainda hoje, que a defesa da Nação, fora do tempo de guerra, faz-se lutando pelos seus valores Espirituais e Territoriais. Talvez a minha forma de abordar estes assuntos, que há muito desenvolvera em trabalhos e escrevera em jornais, trouxesse algum desconforto. Quando vim para cá, muito do que fizera com os meus colegas arquitectos paisagistas Manuela Magalhães (a Mané, minha grande amiga), António Barreto, Fernando S. Pessoa, Graça Saraiva, que foi minha Chefe de Divisão, Margarida Coruche, Alexandre Cancela de Abreu, Fausto Nascimento, M^a João Botelho, assim como já vinham fazendo Gonçalo Ribeiro Telles e Ilídio de Araújo, já fora esquecido e não era cómodo relembrar: isso era uma guerra muito tenaz, ainda que sem armas, apenas com as “armas”da razão.

Mas, continuando, eu já um dia pensara como seria interessante haver na SHIP uma Academia, tendo mesmo chegado a dar algumas aulas de ambiente, ainda que com cariz bastante informal. Um dia o Pedro Saraiva chegou com essa ideia, que levou para a frente. Faço muitos votos para que a Academia não páre.

Um parágrafo, para aqui lembrar uma notável senhora que conheci na Academia, a Teresa Domingos. Eu já tinha sido apresentado de passagem a esta senhora, por ser

cunhada da Manuela Raposo Magalhães, a Mané, minha querida colega e amiga. Teresa Domingos é agora aluna e grande entusiasta da Academia Luís de Camões, que anima de modos diversos, a todo o momento. Esta Grande Senhora, descobriu há pouco tempo que é artista. É uma artista com muitas valências, desde a pintura à cerâmica e destina a causas sociais o produto das vendas do seu trabalho. Foi para mim uma grande honra conhecer uma pessoa com esta dimensão da Vida. É frequente pensar, dizer ou escrever que a vida sem a Arte, não é Vida, e, por isso, também uma academia sem Arte não é Academia. Penso que a Teresa Domingos veio ajudar muito a nossa Academia.

É altura de referir as Atividades Culturais da SHIP que têm como Diretora a Dr^a Ana Prosérpio, senhora com uma “anima” poucas vezes vista, e que é um pilar da SHIP.

Referir, também, as Viagens Culturais dinamizadas pela D^a Maria do Céu e pela Sofia Rocha por quem tenho grande amizade e consideração. Estas Viagens Culturais são hoje um dos suportes económicos da SHIP, que passa por dificuldades financeiras.

Instituto Gonçalo Ribeiro Telles - Da Ecologia da Paisagem ao Ordenamento do Território.

Este amigo, Gonçalo Ribeiro Telles, é um Homem raro, um português nascido monárquico. Assim o digo, porque aos dezoito anos já o era, tanto como antifascista, e era nesta dupla condição que fazia política. Acerca dele, vou referir uma passagem da nota introdutória da sua fotobiografia feita por Fernando S. Pessoa, seu grande amigo de há muitos anos: *“A sua intuição e as suas fortes bases científicas e técnicas, aliadas à notável sensibilidade artística, a sua poética da Natureza - como sublinhou há pouco tempo o Professor Eduardo Lourenço - forjaram um homem a quem o país respeita, mas a quem os políticos nunca tiveram a capacidade (ou compreensão) para dar corpo às estratégias de defesa da perenidade do território, que teriam levado o nosso país para um patamar de desenvolvimento que continua sem atingir.”*

De agora em diante passo a transcrever uma Comunicação e Pensamentos que são meus, mas que estão dentro do espírito das matérias que vi o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles tratar neste meio século de convivência.

Comunicação no Salão Nobre

12 de Fevereiro de 2012

A situação de Portugal, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Projecto Sines - Cais da Europa. Como quadro de fundo: a História, o Mar e a Língua.

Falarei para vós, mas trago também em mente o meu colega e primeiro diretor António Faco Viana Barreto, um homem muito cordial, sabedor, e de grande exigência intelectual. O meu Amigo sempre fez o melhor pelo seu país e foi Diretor Geral do Ordenamento do Território entre 82 e 86. Hoje, já não está entre nós, e deste Palácio da Restauração, homenageio-o.

Consócios da Sociedade Histórica de Portugal, minhas senhoras e meus senhores

“ Esta é a ditosa pátria minha amada “

Direi, a iniciar, um poema de Sophia de Mello Breyner, citado por José Tolentino de Mendonça, meu conterrâneo, no seu livro “PAI-NOSSO QUE ESTAIS NA TERRA. O Pai-nosso aberto a crentes e a não crentes”:

Chamo-Te porque tudo está ainda no princípio

E suportar é o tempo mais comprido.

Peço-Te que venhas e me dês a liberdade,

Que um só dos teus olhares me purifique e acabe.

Há muitas coisas que não quero ver.

Peço-Te que sejas o presente.

Peço-Te que inundes tudo

E que o teu reino antes do tempo venha

E se derrame sobre a Terra

Em primavera feroz precipitado.

Iniciei com este poema, pois sei que o Gonçalo e a Sophia, que tinham netos em comum, eram grandes amigos.

Passo agora a manifestar a minha indignação aos senhores que mandam: pois que se está a atentar contra esta casa, de onde se partiu a Restaurar Portugal. Ou será que a República não se interessa mais por Portugal...? O Dia 1º de Dezembro é feriado nacional de longa tradição, com mais de 100 anos consecutivos, pois que, a decisão do Governo Provisório, foi exarada no Diário do Governo de 13 de Outubro de 1910.

Enquanto Arq. Paisagista, dedicado muito especialmente às questões do Ordenamento do Território, tenho assistido ao desmembramento quase sistemático do nosso Continente, em consequência de posições administrativas tomadas por diversos governos, que conduziram ao abandono do interior e ao crescimento anárquico do litoral. Tantos bens deitados fora: linhas de caminho-de-ferro, escolas, centros de saúde, postos de polícia, postos da guarda republicana, correios, carreiras rodoviárias abandonadas. A supressão dos Serviços no interior, foi muitas vezes causa do seu despovoamento, embora, este, tenha sido utilizado para justificar oficialmente aquelas medidas, o que é efetivamente, uma grande falácia. Porque não foi ajudado o interior da Nação que começava a desmoronar-se?

A OCDE tinha como uma das medidas, que a debilidade das populações deveria

ter como consequência o investimento no Serviço Público. Mas isso era no tempo em que a economia considerava as pessoas. Agora, vemos que a finança tem como objetivo a cega acumulação de capital. Como consequência desta lógica perversa, foi acontecendo o desinvestimento no Mundo Rural, que levou ao seu abandono.

Enfim, uma demissão profunda quanto ao Território. E assim, os campos tornaram-se propícios ao lavrar de fogos, pois que já não há quase ninguém para apagar as primeiras chamas. Chamam-se então os bombeiros, que nem sempre são suficientemente conhecedores desses locais e, por vezes, até por lá ficam perdidos para sempre.

A eco-nomia é, por definição, a boa gestão do habitat, mas este princípio e estes conceitos essenciais ao homem foram ultrapassados por uma política que já vai na dita engenharia financeira. Aquela, é uma semântica desconhecida das pessoas, que sobre a mesma muito pouco sabem e não querem aprofundar, pois que, se apercebem, que nada tem a ver com os seus interesses.

D. Dinis “baila” na minha cabeça porque sei que ao Território muito se dedicou...e porque recorro com agrado quando, colaborando com Gonçalo Ribeiro Telles, formámos no Centro Nacional de Cultura o “ Instituto D. Dinis para a Ecologia e Desenvolvimento”. D. Dinis não só criou os forais e as ordenações, como teve o cuidado de ir pelo país verificar o seu cumprimento.

Recuando muitos anos, lembro o trabalho do Engº Vasco Leónidas como responsável pela Junta de Colonização Interna. Há cerca de vinte anos, quando eu trabalhava no Atlas do Ambiente, prestámos-lhe sentida homenagem, ainda em sua presença.

Foi por tudo isto que, para chegar ao conceito de Património da Nação, falei, na última intervenção que aqui fiz, no conceito de Valor.

Agora vereis que ao expressar as minhas ideias, revelo a minha consciência de filho de uma Pátria debilitada.

O Palácio da Independência tem constituído uma Reserva de Identidade. Lembro-o, porque considero que a perda de Alma de uma Nação será a sua maior fraqueza e porque entendo que o povo não será o maior responsável, mas sim aqueles governantes que privilegiam objetivos pessoais descuidando de objetivos estratégicos de interesse público nacional.

Como se sabe, um dos três pilares do Estado Democrático é a Justiça, e, sem ela, a Nação cai.

O que me motivou a vir para a SHIP foi sobretudo o facto da minha família já ter tido relação com esta instituição mas, também, por perceber que Portugal não tem Projeto, e que anda à deriva a “correr atrás do prejuízo“, asfixiado a pagar uma dívida que, como já bem percebemos, irá perpetuar-se. Mantendo-se esta trajetória, a população acabará muitíssimo abalada e a morrer sozinha, como já está acontecer. Assim, senti vontade de dar também o meu contributo para a construção de uma mudança de rumo, ainda que saibamos que não será fácil.

Uma das ideias chave da ecologia, enquanto pensamento social “com os pés na terra” é: gerar alternativas viáveis. É imbuído por esse ideal, que desde sempre procuro ajudar a encontrar alternativas sustentáveis para o meu País.

Cito um pensamento de Platão:

“O que faz andar o barco não é a vela enfunada, mas o vento que não se vê”.

Aqui, nada mais procuro fazer do que, em conjunto com todos vós, tentar soprar o barco.

Só concebo uma União Europeia de Nações, se identificadas com a sua História e Cultura, e enriquecida por princípios de Solidariedade. Nunca de outra forma.

Muitos portugueses ainda andam vergados sob complexos de culpa de um passado, o antigamente chamado “ultramar”, que não foi bem explicado à luz da história.

O projeto político atual da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP vem do tempo da Reunião de S. Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, que foi presidida pelo Presidente Sarney do Brasil. É, no meu entender, muito importante que o nosso Palácio da Restauração, com entusiasmo, ajude a avançar a CPLP.

Mais tarde falarei do Projeto de Sines que, independentemente do interesse que tem para Portugal, poderá também alavancar a CPLP.

O sentido do que agora vou dizer, será melhor entendido, quando vos falar da proposta: voltada para o mar e para a língua portuguesa.

É pelo Mar que começo.

No Século XV os portugueses, no que se refere à navegação, estavam à frente de todos os outros: na cosmografia, na cartografia e na matemática. Devo referir que por essa altura havia em Portugal muitos judeus, e que estes eram muito interessados pelas matérias atrás descritas. O Infante D. Henrique, assentou no Algarve e encarregou Gonçalves Zarco de patrulhar a costa, de Castro Marim até Sagres. E, daqui, o seu pensamento partiu para o mar. O Infante presidiu a uma sociedade científica, que se dedicou totalmente à navegação. Mandou fazer melhores barcos e melhores cartas e o que hoje denominamos de Escola de Sagres, ainda que, a iniciação da prática da vela, tivesse sido na Baía de Lagos.

Não venho aqui propor uma saída daquilo a que chamo a CEE - Comunidade Económica Europeia. É claro, que esta continua longe de ser uma Comunidade, de ser uma União Europeia, porque, penso eu, não considera as questões identitárias de cada Nação e por vezes até parece pretender desfazê-las. Penso que até há uma força centrípta de Bruxelas.

Julgo que há em toda a Europa muita gente desiludida, tal como os atuais acontecimentos refletem amplamente. Até agora assistimos:

- Ao dinheiro atirado a jorros e mal aproveitado pelos portugueses que são capazes de candidatar-se às ditas “ajudas estruturais”. Estas, ainda por cima, à mercê da burocracia dos impressos. Pobres dos rurais...

- À tirania do almejado “equilíbrio financeiro”; à medida que se aperta o garrote do “*deficit*”, vai aumentando o sufoco e o conseqüente desespero das populações.

Entretanto, imensa habitação tem que ser reabilitada e, então, porque não começar em força, pois que no parque urbano há muita construção em ruínas, à espera de cair? A reabilitação urbana é um grande promotor da indústria, ao mesmo tempo que estanca a construção, já muito excessiva, de nova habitação.

Pergunto, se nós não temos a indústria alemã e a sua conseqüente moeda, porque temos que nos estar a esvair nesta lógica dilacerante do euro aferido ao marco? Nestas condições, penso que pouco podemos fazer.

O que será então mais interessante? Marchar, ou caminhar por entre os aromas mediterrânicos, com alegria, determinação e trabalho sério. Diz-se que somos pobres...isso depende do Paradigma.

Dêem-nos tempo que nós pagaremos a dívida, mas sem ser no já mencionado sufoco, pois que, como consequência, os jovens com mais estudos estão a partir à procura de melhores condições de vida. Já ouvi o apelo para que fiquem, mas isso, em consciência, só farão se existir um projeto de Esperança. Estou certo que ele vem aí, porque já batemos no fundo. Depois desta crise, nunca se sabe, talvez renasça qualquer outra Associação de Nações Europeias.

Penso que temos grande Aptidão para as Relações Externas e que vamos, com alma, sair da “cava da onda”. Porém, terão que haver guardiões dos nossos Valores. Espero que tal “acréscimo de alma” venha especialmente de jovens com esperança num Portugal Renascido. Se tal acontecer, como ainda admito, logo crescerão os índices de natalidade, e com a esperança renascida, ir-se-á corrigindo a nossa pirâmide etária.

Não estou aqui a propor a saída da dita União Europeia, repito, mas sim, que o nosso país precisa de um forte e decisivo Projeto.

Continuamos a assistir à destruturação do serviço público. O Déficit das Administrações Públicas continua a agravar-se, o que não entendemos, e precisa de ser explicado, pois será que “quase todos” andam a fazer grandes sacrifícios e o Estado anda no despesismo...?

Todo o Estado tem três Poderes (legislativo, executivo e judicial), e assim como um banco não se equilibra só com duas pernas, sem o Poder Judicial (que regula a Ética) a Nação não se equilibra.

Preocupa-me a situação aflitiva do nosso povo, mas também a História de Portugal, que não merece o rumo que está a seguir, e que, tendo possibilidade, deve integrar um outro projeto complementar. Não posso deixar de referir, que, assim que percebi que foi constituída a PAC (Política Agrícola Comum), política única para regiões com condições muito diferentes, eu, já pouco convencido à partida, fiquei ainda

mais incrédulo. Mas não vou aqui desenvolver a PAC, embora considere ser ela a principal responsável pelo desaparecimento do nosso Mundo Rural e das Pescas.

Venho, sim, para dizer que, na minha opinião, temos que começar a forjar um Projeto que, se for desenvolvido com qualidade, poderá relançar-nos no mundo.

Um dia apresentei uma comunicação nos Açores num encontro onde esteve presente um colega, Fabos, Professor nos Estados Unidos, que me deu um forte incentivo. Ele dizia: “Think big”. O que é relevante. Mais tarde, em Lisboa, voltámos a discutir essa questão. “Pensar grande” é uma prática que nada tem a ver, nem com as coisas grandes, nem com a mania das grandezas. O Mutualismo, concretiza-se em pequenas atitudes, sendo uma prática que cabe naquele princípio e que pode ajudar a reumanizar o valor das coisas.

Caminhando para o projeto que venho defender, dizer que há muitos anos que faço esta asserção:

Tirar partir dos RECURSOS NATURAIS deve ser o primeiro investimento a considerar na estratégia de desenvolvimento económico de uma nação que queira atravessar a história com alguma dignidade. E assim, referir:

1- Antes de mais, a situação geoestratégica de Portugal: Nação da Península Ibérica, é o cais natural da Europa, apontado a sul-poente, por onde seguimos no passado.

2 - O nosso mar:

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) do continente	- 327.667 Km2
A ZEE (Madeira) - já próximo de África	- 446.108 Km2
A ZEE (Açores) - já quase a meio do Atlântico	- 953.636 Km2
Total da Zona Económica Exclusiva Portuguesa	- * 1.727.408 Km2

** Há um diferendo entre Portugal e Espanha ainda não resolvido, quanto às águas referentes às Ilhas Selvagens.*

Miguel de Unamuno, espanhol, figura significativa do pensamento contemporâneo que nos visitou mais do que uma vez, dizia, ao que julgo, convicto no interesse das grandes sínteses:

“O que define Portugal é o mar”

Nos primórdios do século XV, para o mar nos virámos e sem ele, entendo, pouco somos.

Por isso, adiante, proponho um Serviço de muito Valor para a nossa costa.

Há muito que me venho dedicando à ecologia, e, sabendo que estamos na Orla

banda de Valor Máximo, considero que a nossa vocação é estar lá e cá, entre meios contíguos, neste caso, entre a terra e o mar, onde acontece uma contínua variação de gradientes energéticos, geradores de vida.

Penso que a dialética entre o homem e a natureza é porventura dos temas mais importantes que atravessam a vida, mas que eu tenha conhecimento, em Portugal, apenas o Professor Boaventura Sousa Santos, sociólogo que pertence ao Movimento Ecológico Português, tem tentado alargar a ecologia à Ciência Social.

O NOSSO MAR É UM QUASE CONTÍNUO. A nossa ZEE é CERCA DE 20 VEZES MAIOR do que o nosso território terrestre.

Ao que soube na Academia da Marinha, onde vou a convite do Sr. Almirante Matias, o dito Acordo de Lisboa contém um ponto que abre a nossa ZEE à intervenção estrangeira. Tem que se perceber em que condições, pois caso venha a ser permitida tal entrada, esta deve ter o nosso consentimento e essa intervenção deve cumprir os aspetos por nós exigidos!

Julgo que não nos podemos exaurir e que é altura de pensarmos num projeto para o qual tenhamos verdadeira aptidão, e mesmo, Vocação.

Se agirmos, isso ficará a dever-se ao empenhamento de Políticos Determinados a Servir a Nação e a própria Comunidade a que nos dirigimos, que é o espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Precisamos de trabalho sério, num projeto político honesto e solidário. Só um Tratado da Comunidade - entendendo esta, como uma leal cooperação - será capaz de fortalecer os laços da Língua Comum, sem tentações hegemónicas.

Doutro modo, ao que penso, iremos parar à miséria da classe média, a que melhor pode dar sentido à nação como corpo ativo.

Ou pensais que os gregos irão sair-se bem deste processo? No filme “Zorba o grego” vimo-lo dançar no cais com uma alegria contagiante. E agora, onde está a alma dançante? Será que ela voltará? Quando? Ninguém o sabe, mesmo que a União Europeia possa vir a propagandear a melhoria das suas condições, já que lhe interessa que os países periféricos, consumidores, dela façam parte.

Passo a mencionar, duas Referências à história da simbólica com o mar:

Os símbolos são para mim essenciais.

Rosto da Ibéria, modelado pelo mar, Portugal ao mar deve os seus principais sinais: lembremo-nos do clima, moderado pelo oceano e pelas brisas sempre alternantes da manhã e da tarde, e da salsugem que nos crispa os lábios à beira-mar mas que ainda se detecta muitos quilómetros para o interior.

No nosso perfil atlântico, existem lugares que os antigos consideravam sagrados por possuírem “um génio próprio”.

Refiro-me a dois: a Ponta de Sagres e a Serra de Sintra.

A Ponta de Sagres, o “*promontorium sacrum*” onde se celebrava o culto da fertilidade, e a Serra de Sintra, a que se chamava “montes da lua”, onde se fazia o culto de Ofídio - deus da sabedoria. Hoje ainda se vê a serpente na base do códex quando se olha o símbolo da Justiça. E porque não, erigir na Ponta de Sagres o alto farol, que já em tempos foi pensado construir, possível de ser visto, com muita luz, a dezenas de milhas?

A Serra de Sintra era o extremo da Europa sobre o mar, a verdadeira *Finis-Terra*. Ao pensar na Serra de Sintra logo nos lembramos que por ali passava o nosso genial poeta Fernando Pessoa, há muito, em todo o mundo, considerado. Cabe perguntar, se ele passava, ou celebrava - ainda que sabendo que a poesia junta cada palavra ao espírito, que tudo funde ... E quem sabe se, neste Promontório da Europa, muito antes, outros lusitanos estupefactos com o mar, outros poemas terão feito, ou mesmo elegíadas inteiras ao mar, que os tinha, e retinha. Honra seja feita ao Nosso Palácio que aqui tem uma sala com o nome de Pessoa. – É o “culto da história” que dá nome à nossa Sociedade, que sem História não vive! E nunca esqueçamos Pessoa, quando diz “a minha Pátria é a minha língua”.

Hoje, estou aqui pelo meu ideal mas, também, a celebrar Portugal!

Talvez por ser insular, e portanto estar em constante relação com o mar, sempre senti, muito especialmente, o que chamo “pulsão de saída” - à procura do desconhecido.

Já antevendo o projeto, é altura de criticar um Processo pouco limpo, mas autêntico no que se refere aos Recursos Naturais, que venho exaltando porque considero que os recursos naturais são da nação e, portanto, de todos os portugueses. Isto, para mim, é claro!

Mas vejamos o que se passa:

Após uma primeira posse do recurso pelo Estado, este alega uma qualquer dificuldade e parte-se para a constituição de uma sociedade inicial, por ações, da qual só alguns beneficiam. A seguir, por outra qualquer necessidade, passa-se a uma semiprivatização através de uma sociedade público-privada, com elevados ordenados dos privados. Finalmente, qualquer justificação serve para o Estado vender a parte que ainda detinha. Em resultado, o país perde o Recurso Natural, e, aqueles que o valorizam, na esperança que a nação e o seu povo dele possam usufruir, ficam totalmente frustrados. Alguns de nós lutaram abertamente pelo Ordenamento do Território como forma de valorizar os ditos recursos.

Existe hoje uma imensa frustração em relação ao que se tem passado com o que tínhamos como recursos de grande significado nacional. Assistimos, ao abandono do Mundo Rural, bem como ao abandono do mar, para desespero dos pescadores. Os donos dos barcos, estes, abateram-nos, através das famosas “ajudas”. Calculem a ironia!

Empresários estrangeiros aparecem agora interessados em “Sines - Cais Atlântico” porque se aproxima 2014. Sobre este assunto, um comentador de uma notícia, perguntava: será que o tecido empresarial português terá capacidade para competir com eles? *Vade retrum satanas!!*

Nesta pergunta, colocada de forma que parece ingénua, está implícita a possibilidade de passagem de um “Recurso Natural” português, o Porto de Sines, para mãos estrangeiras. Isso não!

Na proposta que faço mais à frente, a Nação portuguesa terá que ter pelo menos a maioria do capital, e que me perdoe Carl Marx, mas eu sou social-democrata. A social-democracia que eu defendo, foi a que vi ser praticada em monarquias nórdicas que conheci, quando, em férias, nos anos 60, fazia auto-stop e via terras mas também pessoas e políticas diferentes, e que nada tem a ver com a nossa. Esta social-democracia, a verdadeira, tem um poder regulador forte, que submete o interesse particular ao interesse público.

Digo isto, da importância da maioria do capital ser para todas as empresas derivadas do “recurso Sines”, pois que, só assim, se pode garantir que os portugueses venham a usufruir deste valor que é seu. Por isso, empresas públicas que sejam constituídas, deverão ter funcionários e diretores com vencimentos compatíveis com uma interpretação ética do interesse público. Por outro lado, porque tudo se passará na área do Domínio Público Marítimo, entendo que a propriedade do Cais e dos Serviços terá que ser pertença, para sempre, da nação.

Sei que outros patriotas pensam como eu quanto à valorização de Sines, por ser de grande importância para a nossa nação. Então, assim sendo, que se juntem, porque só se formos muitos, podemos lançar este projecto de Sines para a Europa.

O projeto que apresento “Porto de Sines - CPLP” tem uma valência forte também para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, o que o diferencia dos outros. Penso que a CPLP pode ajudar-nos a sair do percurso infeliz em que nos encontramos. Parar neste momento, é deixarmo-nos levar por uma inércia que nos prejudica, como já ficou demonstrado.

Efetivamente, as nações da Orla são totalmente diferentes das nações do Centro da Europa e nada adianta tentar acompanhar o dito Centro, porque não podemos, pois que, somos diferentes. Dessa forma, cedo ou tarde nos colocarão fora desse comboio no qual vamos pendurados.

Este projeto carece também de uma boa capacidade de negociação com os nossos parceiros da CPLP.

Esta condição de país da Orla – já caracterizada – é, no meu entender, capaz de gerar pessoas com grande capacidade para as relações externas. Há muito que penso isso, e aqui e acolá tenho querido apresentar essa ideia, que julgo efetivamente interessante: construamos, com o “projecto Sines”, qualquer coisa de forte significado para a Europa e para o Mundo. Se tal acontecer, será uma grande alavanca para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa pois, nessa altura, podemos também ser um cais destes países, na Europa.

Voltando aos valores da posição geoestratégica de Portugal, considero que devemos ter presente o aumento da largura do Canal do Panamá. Os porta-contentores constituem um transporte económico e com poucos impactes ambientais, sempre que se respeite a legislação marítima, que terá que ser implementada de forma cada vez mais

rigorosa. O tráfego será então muito maior pelo Canal do Panamá, quer no sentido Ásia-Europa quer no sentido Europa-Ásia, quando do seu alargamento, que se julga estar concluído em 2014, cem anos depois da inauguração do Canal.

Estou certo que pensar-se em hipóteses portuárias para cargueiros de graneis, ou mesmo de contentores, na área de Lisboa, é um crime para a nossa tão excelente cidade, cuja fisiografia tem tido a capacidade de resistir às atrocidades a que por vezes tem sido sujeita. Por exemplo, há mais de 40 anos, defendi no então Diário Popular, a saída da Administração dos Portos de Lisboa (APL), então AGPL, da Faixa Portuária, por considerar que devia ser entregue à Câmara Municipal de Lisboa para que fosse planeada como Zona Lúdica de Excelência para a cidade. Isto só seria feito depois da Administração do Porto de Lisboa ter reservado as áreas portuárias necessárias para a atracação de barcos de passageiros. Hoje, continuo a pensar do mesmo modo. No entanto, aconteceu, que logo que foi feita essa passagem,” os especialistas na utilização dos bens públicos”, aproveitaram a oportunidade para chamarem a si, a área portuária a nascente de Alcântara.

O desenvolvimento do porto, ao que me informaram de fonte segura, está há já algum tempo a prosseguir bem melhor. Digo assim, porque foi lamentável a estagnação a que esteve sujeito. Penso que Sines é um porto que pode ser de grande interesse para a Península Ibérica e mesmo para a Europa. As duas nações ibéricas deverão entender-se no que se refere ao avanço da implementação da bitola europeia para os carris das linhas férreas dos dois países.

Julgo que Sines está em posição bem melhor do que os portos espanhóis, dadas as respetivas batimétricas ou seja, a profundidade do mar. É como “porto de cargas” que Sines tem o seu maior potencial económico. Este porto, sim, deverá ver o seu interesse aumentado, em desfavor da chamada “Plataforma Logística de Lisboa Norte” que, entendo, deverá desaparecer, porque Lisboa é demasiado valiosa para esse fim.

O alargamento do Canal do Panamá terá, ao que penso, uma forte influência na Europa, pois, como já referi, o tráfego de contentores far-se-á do oriente da Ásia para o ocidente da Europa e vice-versa, por este canal.

Por isso, o Porto de Sines e os acessos ferroviários, terão que ser uma grande aposta nacional, não suscetível de ser privatizada por venda de um qualquer governo. Nunca é demais lembrar que a lógica do negócio sem qualquer regulação, esmaga totalmente ideias de matriz democrática. Querer vencer a qualquer preço e subjugar-nos a outros não é razoável, e é eticamente imoral.

O porto deverá ter operadores de terminais marítimos, e carregadores em terra. Tais carregadores seriam rodoviários e, preferencialmente, ferroviários.

Uma linha ferroviária para a Península Ibérica é fundamental e deverá realizar-se, conforme já foi acordado com os espanhóis em Cimeira Ibérica.

Caso se confirme a tendência de aumentos para 12.000 e 15.000 TEUs ao longo do eixo Este-Oeste, o calado dos barcos será de 16 metros no mínimo e estes escalarão somente em portos de águas profundas, como será o caso do porto de Sines.

No tempo atual mais de 60% do tráfego é para *transshipment*.

Assim, o porto tem que estar bem equipado, de forma a conseguir dar resposta imediata àquele tipo de procura. A oferta logística na cadeia de abastecimentos será decisiva.

É preciso preparar operadores que estejam disponíveis para o caso de ocorrer uma expansão rápida do porto.

A aposta neste projeto deve ser crescente nos aspetos chave do processo económico, que exige flexibilidade, rapidez e exatidão.

Actualmente o tráfego de mercadorias faz-se de Sines até à Plataforma Logística do Entroncamento, e sai daí a carga dirigida a Espanha. Ora, uma linha férrea dirigida à Europa, seria fundamental.

Sabe-se que 24 milhões de toneladas/ano passam a fronteira portuguesa nos dois sentidos e que o trajeto agora seguido pode ser substancialmente diminuído utilizando o chamado Porto Seco do Poceirão, que está previsto.

Na minha opinião, a solução que se impõe com urgência, é uma rápida adopção dos comboios. Actualmente, por ano, passam a fronteira, de Espanha para França e vice-versa, pelos Pireneus, 58 milhões de toneladas de carga, o que corresponde a centenas de milhares de camiões. Ora veja-se o que em termos de redução da poluição atmosférica - CO₂ e não só - representaria a substituição dos camiões pelo comboio, bem como a enorme poupança de combustível que daí resultaria. Como aqui se constata, é também forte o valor do projeto do Porto Sines em termos ambientais, considerando a ligação à Europa através do comboio.

A Ásia é o continente que exporta mais mercadorias para a Europa, mas as Américas também têm peso nesta questão. Para o tráfego com as Índias e nações próximas, a Rota do Canal do Suez, parece-me com problemas crescentes e daí o trajeto Vasco da Gama, que aponta para Sines, poder também vir a ganhar valia, ainda que quanto a esse aspecto, hajam nítidas indefinições.

Voltando à política externa, julgo que, se os países da CPLP concordassem, esta deveria ter presente Macau, simplesmente como observador da China. Poderíamos ter Macau como um interlocutor privilegiado.

A acabar, e como atrás falei de referências, lembro Ortega Y Gasset: “*Eu sou eu e a minha circunstância, e se eu não a salvar a ela, não me posso salvar*”. Este pensamento, transponho-o, dizendo:

Portugal é ele e as suas Circunstâncias, se não as salvamos a Elas não salvamos Portugal

Alguns dos dados que citei foram obtidos do relatório “Avaliação Preliminar da Viabilidade Técnico-Financeira do Terminal Ferroviário da PLLN-Componente de Mercado e Funcional.

Declaração última:

Portugal completou-se geograficamente no tempo de D. Afonso III, e seu filho D. Dinis chamou para o país o Almirante Manuel Pessanha, genovês, que passou a servir o nosso rei no século XIII. Foi de D. Dinis, o primeiro grande olhar para o Oceano.

No século XIV partimos para o Ocidente e estava cumprido o “interface-ecológico”.

Hoje, não devemos deixar escapar o interesse na Diáspora, e bem pelo contrário, devemos dar-lhe sentido.

O Sentido de Portugal - Sinopse

O melhor que fomos, foi quando sentimos o impulso da beira-mar e partimos. Fortes motivos tenho para pensar que a relação com o mar, pelo que representa como posição estratégica da Europa, continuará a ser o nosso presente e será o nosso futuro, com fortes valências intercontinentais.

Tal como Fernando Pessoa escreveu na Mensagem,

“Fita, com olhar esfíngico e fatal, o Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal”

A leitura ecossistémica é, em meu entender, fundamental.

Salientar a corografia de Portugal como “ecossistema continental”, e o facto do nosso país se localizar na “orla” do continente europeu. Por isso, saímos, e este é o sentido do nosso escudo, a nossa Esfera Armilar. A Nação deverá dar muito mais importância a tal facto, e proclamar:

Portugal - País da Diáspora

Penso que não aproveitarmos esta vocação é um grave erro, pois que ela nos foi dada desde o início.

Nos séculos XIV e XV partimos, e hoje o que devemos fazer é ir buscar o além-mar.

Mediar entre as partes, decorre da nossa condição “de beira-mar”, cá-e-lá, e se aproveitarmos a Diáspora, indo com ela, temos de novo um Caminho no Mundo.

Somos da Europa, mas somos da “periferia do eco-sistema continental” e por isso, o que está à nossa frente é o mar, com que devemos permutar.

Partamos. Locais há, em que a Geografia comanda a História, e, este, é o nosso caso.

Termino estas notas biográficas com um poema que escrevi ao grande amigo Alexandre Cancela de Abreu, quando do seu Doutorado, a que chamei Cultivar, o verbo que mais admiro e que me conduziu à arquitectura paisagista.

Cultivar

Cultivar é passar

Olhar e vêr

É volver e revolver

Cultivar é semear e vêr nascer...

Cultivar é ter a crença

Que o pão a todos há-de chegar

Cultivar é a aliança antiga

Entre o braço e a mente

Cultivar é para quem sente

Cultivar é um terno laço

Cultivar é ter razão !

Cultivar é um grande

Abraço